Maria Augusta Seixas

As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República

As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta/Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães

Com o apoio da Junta de Freguesia de Alcântara

Ficha técnica

Edição: UMAR/Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães

Apoio: Junta de Freguesia de Alcântara

Trabalho de investigação: Maria Augusta Seixas
(inserido nos Roteiros Feministas da Cidade de Lisboa)

Design: Gasosa

Índice

As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a República

I - A indústria em Alcântara no final do sec XIX e primeira metade século XX **7**

1 - Sector têxtil **8**
2 - Metalurgia **9**
3 - Indústria química **10**
4 - Metalomecânica **10**
5 - Cerâmica **10**
6 - Refinaria de açúcar e moagem **10**
7 - Manufactura do tabaco **11**

II - Alcântara socialista, anarco -sindicalista e bastião republicano **13**

III - A luta das mulheres operárias e o papel pioneiro das trabalhadoras de Alcântara **18**

IV - Características das greves femininas **20**

1 - Denúncia e recusa do material de má qualidade, fim das multas e outras punições. Redução do horário de trabalho e igualdade de salários. **20**
1.1 - Na indústria chapeleira **20**
1.2 - Na indústria do tabaco **21**
1.2 - Na indústria têxtil **22**
1.3 - O Inquérito à classe têxtil e o Congresso Têxtil **23**

2 - Recusa e denúncia das desconsiderações e abusos **29**
2.1 - A greve de Agosto de 1913 na Conde da Ponte, em Alcântara, um marco na luta das mulheres operárias **31**
3 - Abandono do local de trabalho **32**

V - A máquina aliada (temporária) das mulheres **35**

VI - Sindicatos femininos **46**

VII - As feministas e as operárias. Uma breve aliança. **46**

VIII - As mulheres de Alcântara e a política **48**

1 - As mulheres socialistas e o direito ao voto **48**
2 - As Bolsas de Trabalho **50**

IX - Os mercados, as feiras, a rua **52**

As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a República[1]

I - A indústria em Alcântara no final do sec XIX e primeira metade século XX[2]

O terramoto de 1755 e a reconstrução da cidade fizeram de Alcântara um bairro singular. Por um lado, parte da população de Lisboa, depois do terramoto, fora empurrada para esta zona por ter sido a menos atingida.

Por outro lado como existiam no Vale importantes pedreiras de calcário, surgiram os fornos de cal, necessária para a reconstrução das casas.

Mais tarde, a industrialização propriamente dita, começou junto à Ribeira de Alcântara, afamada pelas suas águas, com as fábricas de curtumes e estamparias, estendendo-se depois para Santo Amaro e Calvário, até chegar à 24 de Julho e às docas, ganhas ao Tejo, já no séc. XIX.

Entre 1881 e 1890, o total de indústrias da zona empregava 3508 homens e 1299 mulheres.

---

1 Este trabalho baseia-se quase exclusivamente em fontes jornalísticas. Foram consultados os seguintes jornais: *O Sindicalista* (Novembro 1910-Março 1913), *O Socialista* (1912-1913), *A Voz do Operário* (Janeiro 1908 - Fevereiro 1913), *O Corticeiro* (Junho 1909-Outubro 1919), *O Chapeleiro* (1909-1913), *O Trabalho* (1901-1904, 1910-1921), *O Mundo, A Capital* (Julho 1910 a 31-12 -1910 e de 16-11-1923 a 15-10-1924), *O Século* (16 Novembro 1910 - 31 Janeiro 1911), *Germinal* (1903-1907, 1916-1917) com o objectivo de identificar as notícias sobre as lutas das mulheres trabalhadoras.

Privilegiámos não o número de greves em que participaram, mas as facetas dessa luta, a riqueza dos casos. Não há conflitos iguais e os das mulheres são por vezes bastante originais.

Os relatos jornalísticos têm grandes limitações nomeadamente quanto ao número de grevistas, dias perdidos, resultados das greves. Mas em contrapartida transmitem a vivacidade dos acontecimentos, muitas vezes acompanhados das palavras proferidas por essas mulheres.

2 Em 1881 e 1890 são realizados dois inquéritos à industria e os dados acima enunciados são daí retirados assim como do inquérito à indústria têxtil efectuado pelos sindicatos têxteis em 1911.

O presente trabalho baseou-se não só nestes dois inquéritos, como também nos estudos do Prof. Jorge Custódio, «Arqueologia industrial do Bairro de Alcântara», elab. e colig. Isabel Ribeiro, Jorge Custódio, Luísa Santos, ed. Companhia Carris de Ferro, Lisboa, 1981, «Reflexo da industrialização na fisionomia e vida da cidade» in «O Livro de Lisboa», coord. Irisalva Moita, ed. Livros Horizonte, 1994, assim como na investigação de Frederic Vidal, «Les habitants d' Alcântara. Histoire sociale d´un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle», ed. Presses Universitaires du Septentrion, France, 2006.

1. Sector têxtil

Os têxteis situavam-se em Santo Amaro.

As fábricas com maior força motora, do país, estavam instaladas nesta zona e pertenciam ao sector têxtil, dividido em três ramos principais: o algodão, a lã e as tinturarias -estamparia.

Eram:

a *Companhia de Fiação e tecidos Lisbonense* , mais conhecida por fábrica Conde da Ponte, com 506 cavalos -vapor, em Santo Amaro.

Em 1881 empregava 850 pessoas, das quais 390 eram mulheres e 180 menores; em 1890, havia 750 mulheres e 471 homens.

As mulheres trabalhavam como cardadoras, fiandeiras e tecedeiras; fiavam, cardavam, penteavam a lã e teciam a lã, só, ou juntamente com o algodão ou ligado à seda. Os homens além dos lugares de tecelões ocupavam também os de mecânicos e serralheiros.

A Lisbonense em 1911 melhorou o seu equipamento, empregando 800 trabalhadores.

A *Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodão* (120 cavalos vapor), perto da Rua da Fábrica da Pólvora

e *a manufactura de lã Bernardo Daupias* (100 cavalos vapor). Instalada no Largo do Calvário**,** o coração de Alcântara. Produzia tapetes, moquetas, cobertores de lã e colchas de seda, gravatas, bonés, camisas e chailes.

Com horários de trabalho de 12 horas nos dias maiores (verão) e 11 nos mais curtos (Inverno)

Em 1849 empregava 218 mulheres, 131 homens, 42 rapazes menores e 45 raparigas menores.

Em 1881 havia 690 operários dos quais 400 eram mulheres.

Em 1900 o seu proprietário suicidou-se e a manufactura foi retomada pelo grupo PEREZ Ferreira & Cª que modernizou a maquinaria, empregando 217 pessoas, das quais 122 mulheres.

A lã entrava suja na fábrica, aí era lavada, fiada, tingida e tecida.

Na tinturaria, entre outros produtos, era usado o ácido nítrico, o ácido sulfúrico, vitríolo de Chipre, cremor de tártaro.

Quando a fábrica arrancou, vieram, de França, mestres experimentados explicar ao operariado de Alcântara os processos de trabalho.

Os outros estabelecimentos eram de dimensão mais modesta mas empregavam muita gente.

Em 1881 três estabelecimentos de estamparia e tinturaria situavam-se no vale de Alcântara perto da *Rua da Fábrica da Pólvora.*

Em 1911 o sector têxtil empregava 1269 pessoas, muito menos do que em 1890 e a mão -de -obra era essencialmente feminina.

A seguir à 1ª Guerra Mundial a industria têxtil atravessou uma enorme crise e em 1920 fechou a companhia Lisbonense, desaparecendo com ela a unidade mais importante da capital, no ramo têxtil e uma das mais importantes do país.

2. Metalurgia

A metalurgia constituiu o segundo grande pólo industrial de Alcântara com:

A *Empresa Industrial Portuguesa (E.I.P)*, dirigida por João Burnay, fundada em 1874. Estava instalada num antigo palácio da Rua das Janelas Verdes, e quatro anos mais tarde mudou para instalações novas construídas em Santo Amaro, na *Rua Luís de Camões*.

Em 1881 empregava 200 operários o que fazia dela a metalúrgica mais importante do país.

Fabricavam elementos metálicos para cobertura, barcos a vapor, pontes, tubos e maquinaria industrial.

A matéria -prima era importada da Bélgica mas em 1905, a E.I.P. foi a primeira empresa portuguesa a fabricar aço pelo processo Bessemer que «assentava na remoção das impurezas do ferro pela oxidação com ar soprado através do ferro fundido»[3]. Durante a 1ª Guerra Mundial a EIP forneceu o exército português com canhões e ferro. Nos anos 20 fundiu-se com a companhia União Metalúrgica mas não resistiu à crise e em 1924 as instalações de Santo Amaro fecharam portas.

3 Luís Bigotte Chorão, *Alcântara e a República. Um excerto de História Contemporânea,* ed. Junta Freguesia Alcântara, 2011.

3.Indústria química

A fábrica da União Fabril, fundada em 1865 fabricava velas, sabões, e diferentes qualidades de óleos. Foi o primeiro embrião da indústria química portuguesa. Exportava glicerina para França e óleos para Inglaterra.

Em 1881 empregava 90 homens, 29 mulheres e14 menores. Em 1889 fusiona com a Companhia União Fabril dando lugar à CUF _Companhia União Fabril, nas Fontaínhas.

4. Metalomecânica

Na *Avenida 24 de Julho*, junto a Alcântara, concentravam-se cerca de dez pequenos estabelecimentos fabris especializadas no fabrico de peças mecânicas para as máquinas a vapor, assim como pregos/parafusos e tubagem. Alguns chegaram a empregar 50 operários. Em 1890 existiam 19 estabelecimentos de fundição do ferro, o que significa que a fundição era uma actividade em expansão na zona de Alcântara.

5. Cerâmica

A *Rua das Fontaínhas*, a dois passos da *Praça do Calvário,* abrigava fábricas de azulejos, ladrilhos, mosaicos.

O estabelecimento Eduardo Augusto Pinto Magalhães empregava cerca de 20 operários no fim do século.

A fábrica de faianças Lopes & Cª, na Rua Velha, empregava 70 operários.

6. Refinaria de açúcar e moagem

As refinarias, como a Companhia do Açúcar de Moçambique, estabeleceram-se entre o Calvário e a Junqueira, junto ao Tejo. A Refinaria de Alcântara, pertencente então à Companhia de Açúcar de Moçambique, foi inaugurada a 12 de Março de 1909 por D. Manuel II. Possuía uma capacidade de refinação de cerca de 20000 toneladas de açúcar, produzindo areado branco e amarelo. As mulheres trabalhavam no refeitório, lavandaria, limpeza e embalagem.

Não longe foi construída a fábrica de Moagem e Massas Alimentícias.

A fábrica da Nova Companhia Nacional de Moagem, na 24 de Julho, inaugurada em 1909, era uma das mais modernas no seu género, trabalhava com um motor Korting de 200 cavalos, accionando um dínamo de igual força. A produção arrancou sob a direcção de técnicos contratados em Inglaterra.

Fig 1- Sala de embalagem da fábrica de biscoitos da Companhia Nacional de Moagem, em Alcântara. A presença das mulheres a trabalhar fora de casa torna-se uma realidade irreversível , graças à industrialização e ao desenvolvimento urbano.

As salas de fabrico eram grandes e arejadas, cheias de luz. Na secção de acondicionamento mais de cem operárias, em uniforme de linho e toucas na cabeça, acondicionavam as bolachas em caixas que depois seguiam para a província e ultramar.[4]

7. Manufactura do tabaco

No fim do séc. XIX a indústria do tabaco empregava 300 pessoas em Alcântara .São a companhia *Regalia*, na 24 de Julho, com 270 operários, quase tudo mulheres e a fábrica Peninsular, na *Rua de Santo António*, perto da Praça do Calvário, com 31 mulheres e 5 homens.

Se a crise de 1890 marcara uma degradação de toda a actividade industrial, em 1904 assistiu-se a uma retoma do consumo, que voltou a diminuir com a 1ª Guerra Mundial.

Em nenhum dos casos esta retracção industrial significou a decadência do bairro.

Lentamente, o espaço fora sendo ocupado por outras actividades e novos

4 Os elementos sobre a Nova Companhia Nacional de Moagem foram recolhidos na *Ilustração Portuguesa* de 27 Fevereiro 1911, «Como se faz a bolacha».

habitantes. Alcântara deixara de ser um arredor de Lisboa e fora-se integrando, pouco a pouco, na vida da cidade. Operários, artesãos, pequenos comerciantes, e empregados, assim como funcionários da polícia ou do exército, trabalhavam lado a lado.

Da mesma maneira, os pátios operários, coexistiam com as casas senhoriais e as habitações da pequena burguesia.

Quando na década 1910-20 a parte oriental da cidade e a margem sul do Tejo começaram a impor-se como os novos espaços de industrialização da capital, já que os terrenos aí eram baratíssimos e imensos, Alcântara não caiu na pobreza, nem se transformou num arrabalde industrial em ruínas. E isto, graças, precisamente, a estas suas características únicas de quarteirão popular, graças aos seus artesãos, pequenos comerciantes, operariado não qualificado, empregados de toda a natureza.

Nos anos 30, a proliferação de toda a espécie de pequeno comércio era surpreendente. A sociedade de Alcântara organizou-se à volta da pequena loja. O pequeno comércio, mesmo modesto, proliferou. Desenvolveu-se para satisfazer as necessidades básicas da população: alimentação, venda de hortaliça, carvão e as bebidas, com tabernas, cerca de 100, por todo o lado.

Nos anos trinta aumentou consideravelmente o número de empregados do comércio, de escriturários, assim como surgiram profissões ligadas à actividade portuária: os estivadores e descarregadores.

A Carris, de empresa de transporte, tornou-se empresa construtora-- o primeiro veículo saiu das oficinas de Santo Amaro, em 1924-- e em oficina de reparação mecânica. A Carris oferecia condições de trabalho protegido.

Do lado da indústria assistiu-se ao definhamento do sector têxtil, ao quase desaparecimento dos curtumes, que em 1930 já só contava dois estabelecimentos e a metalurgia não se desenvolveu.

Dos 9 estabelecimentos têxteis identificados no inquérito de 1911, só três subsistiam vinte anos mais tarde. Eram eles: a firma *Perez Ferreira, a Sociedade Têxtil do Sul* na *Rua da Fábrica da Pólvora,* e a fábrica de estamparia *Francisco Otero Salgado Lda ,* na *Rua Horta Navia* .

E uma única empresa nova, a *Augusto Barreiro*, situada na *Travessa da Galé*, em Santo Amaro.

Definharam os sectores tradicionais, mas a indústria não desapareceu, dando lugar a uma pequena indústria local, com uma produção muito diversificada: sabão, tinta, ladrilhos, mosaicos, rolhas de cortiça, chocolate, louça, alpargatas,

doçaria, bebidas (pirolito). E esta pequena indústria nunca deixou de produzir bens de consumo corrente para o mercado lisboeta, tal como nos anos a seguir ao terramoto.

A metalurgia continuou a funcionar mas em pequenas oficinas de serralharia, fundição e mecânica automóvel. O único estabelecimento de importância era a *Sociedade de Construções Mecânicas,* fundada em 1919, e situada nos números *106 e 108* da *Rua Luís de Camões.*

Nos anos 30-31 havia 40 estabelecimentos considerados importantes, pelo seu valor de aluguer, capacidade produtiva e número de empregados, detidas por 8 sociedades: a *CUF; a Companhia Nacional de Alimentação (pastelaria e doçaria industrial), a firma Perez Ferreira & Ca; uma empresa americana, a Socony Vacuum Oil Company (transportes); a Companhia Industrial de Portugal e Colónia(empresa de moagem) ; a Companhia Importadora de Ferro, Lda; a Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca (grossista de vinho, azeite e produtos alimentares); a Congregação Portuguesa dos Petróleos «Atlantic».*[5]

Na primeira metade do século, Alcântara deixou de ser o bairro de maior concentração operária da capital, para ser o da grande diversificação socioprofissional, mantendo, sempre, o seu legado operário.

II - Alcântara socialista, anarco sindicalista e bastião republicano

Alcântara é uma pequena cidade dentro da grande cidade.

Esta diversificação socioprofissional também se traduziu no discurso político da população.

Uma população que politicamente era igualmente plural: uma zona operária com os seus representantes anarco -sindicalistas e socialistas e, ao mesmo tempo, um bastião republicano.

Nas suas memórias, Magalhães Lima, assinala o Palácio do Fiúza**,** em Alcântara, como «um dos focos de irradiação da ideia republicana em Lisboa» e «o solar do moderno movimento revolucionário em Portugal»: *«O palácio do Fiúza era frequentado por republicanos e socialistas que, naquela época caminhavam a par (…) ali se fundara e instalara e ali funcionou desde 1585 durante muitos anos a Associação Fraternal de Tecidos e Artes Correlativas**,** uma das primeiras cooperativas nacionais, depois convertida num centro de agitação dos mais ousados e mais fecundos. Ali celebravam as suas clandestinas sessões várias lojas maçónicas. Ali*

5 Frédéric Vidal, *op.cit.*, p.79 e 80.

passaram a reunir a contar de 1875, todos os conciliábulos de conspiradores, todas as fenianas ligas contra os poderes constituídos (…) Foi do Palácio do Fiúza que saiu O Trabalho, em que colaborei com Silva Pinto e Eduardo Maia. Pouco tempo depois publicava-se A República, de Carrilho Videira (…) tinha uma feição republicana e socialista (…)»

Ainda segundo Magalhães Lima foi do *«Clube Razão e Justiça, em Alcântara, que saíram quase todos os centros do bairro. O movimento operado neste Clube durante a campanha contra o Tratado de Lourenço Marques, 1881, foi verdadeiramente notável. Numa das suas memoráveis sessões, em que compareceram todos os protagonistas em voga, foi preso Silva Lisboa, ao tempo director da Era Nova. Entre as associações saídas deste clube conta-se a Sociedade Promotora da Educação Popular, de que foi director o intrépido e malogrado António Joaquim de Oliveira».*[6]

A *Sociedade Promotora de Educação Popular (ASPEP),* conhecida como *A Promotora* era uma associação de educação popular. Fundada em 1904 por um grupo de notáveis republicanos de Alcântara, teve um papel fundamental na vida do bairro no séc. XX. Publicou um jornal de 1907 a 1936, promoveu actividades, como educação (escolas), o teatro, cinema, e organizou festas que foram uma ocasião de convívio entre todos os estratos sociais.

O Centro Eleitoral Democrático de Alcântara, fundado em 1870, foi um dos primeiros centros republicanos a funcionar na capital.

O povo de Alcântara revia-se no movimento republicano por várias razões, uma das quais assentava precisamente no associativismo: antes de se constituir como um partido moderno o PRP existia sob a forma de clubes locais.

Mas foi no sector da educação que o movimento republicano teve a sua maior força.

Em Lisboa, em 1910 existiam 30 centros de educação, republicanos. Só na freguesia de Alcântara funcionavam cinco associações, um recorde em comparação com as outras freguesias da capital.

Nas eleições de 1910, os republicanos obtiveram resultados significativos: 76% dos votos contra 61% em 1908, resultado só ultrapassado pela freguesia dos Anjos com 77,1% de votos.

Por duas vezes a freguesia fez as primeiras páginas dos jornais: a primeira, durante uma visita de João Franco em que o primeiro ministro foi obrigado a retirar - se debaixo duma chuva de pedras. Alguns dias mais tarde alguns militantes do PRP, entre os quais o tesoureiro e o vice -presidente da *Promotora*, foram chamados a

6 idem

prestar declarações. O assunto acabou com um grande comício republicano, a 15 de Agosto, em terrenos vagos junto à *Rua da Cruz.*

A segunda vez, em Abril 1908, quando das eleições gerais de 5 de Abril em que o Partido Republicano, apesar de minoritário no resto do país ganhou esmagadoramente em Lisboa.

O dia foi marcado por diversos incidentes nos locais de voto da capital de que resultaram 9 mortos e dezenas de feridos.

Em Alcântara segundo o relato do jornal *O Mundo*[7], as forças da ordem entraram ilegalmente nas assembleias de voto de Alcântara, Santos e Santa Engrácia. Mas em Alcântara os recontros entre forças da ordem e populares foram particularmente violentos tendo morrido dois jovens. Em memória desses jovens uma rua de Alcântara foi baptizada *Rua Cinco de Abril.*

Machado dos Santos, o herói da Rotunda, escreveu no seu «Relatório sobre a Revolução de 5 de Outubro» que «muitos compatriotas se envergonhavam fora do país de se dizerem portugueses; o desprezo que sobre nós pesava felizmente terminou e é devido sobretudo aos marinheiros e à heróica população de Alcântara, que este povo se redimiu».

No mesmo Relatório Machado dos Santos elogia o trabalho de Tomás de Oliveira e Augusto Rodrigues, que, «todas as noites, no retiro que o estabelecimento do primeiro tinha e nas casas que o segundo me facultou, as iniciações na Carbonária faziam-se em acelerado.(…)Os oficiais e sargentos envolvidos na conspiração republicana, aguardavam a hora do assalto ao quartel da Praça da Armada, na tipografia Lamas e Franklin e os civis no Grémio Republicano de Alcântara».

Dominado o quartel da Praça da Armada, civis e marinheiros embarcaram no S.Rafael e Adamastor com o objectivo de acudir aos combatentes da Rotunda.

Entretanto um grupo de civis alcantarenses, republicanos, defendia o Quartel de Marinheiros, bombardeado por Caçadores 2.

Segundo Machado dos Santos, só os marinheiros do Quartel de Alcântara e a Infantaria 16 cumpriram os planos previstos para o 5 de Outubro.

Alcântara foi igualmente um local de contestação social, com picos quer nos anos imediatamente antes e depois da implantação da República, quer a seguir à 1ª Guerra Mundial e de novo no início dos anos 30.

A greve na Empresa Industrial Portuguesa, a metalúrgica mais moderna do

7 *O Mundo*, 6 Abril 1908.

país, que empregava cerca de 500 operários, foi das greves mais duras que os trabalhadores conheceram: desencadeada a 7 de Dezembro 1903, prolongou-se até Fevereiro de 1904. Foi uma greve perdida para os operários que reclamavam contra a brutalidade do mestre geral e o da oficina dos caldeireiros e os despedimentos constantes, mas que «desencadeou um amplo movimento de solidariedade» e as «contribuições chegaram de todo o país e também do estrangeiro, de Madrid, de Paris, de Londres, onde foram recolhidos fundos destinados a custear as despesas da greve»[8] e em que as mulheres, mais de 200, aderiram por «solidariedade ao movimento grevista»[9], sendo por tal saudado o seu gesto e motivo de registo.

O movimento socialista teve aqui uma implantação significativa.

Em 1890 o Centro Socialista de Alcântara encabeçava a manifestação do 1º de Maio. Foi a primeira vez que se comemorou o 1º de Maio em Portugal.

Todos os anos os socialistas rumavam aos túmulos de José Fontana «grande apóstolo do movimento operário e de Guedes Quinhones e Azedo Gneco-devotados propagandistas operários»[10]. A que se seguia um comício na rua Maria Pia, junto a Alcântara, com discursos empolgados.

Segundo Nobre França, em carta a Magalhães Lima, o socialismo em Portugal nasceu a seguir à Comuna de Paris que causou admiração e espanto entre os trabalhadores lisboetas. Nas comemorações dos aniversários da Comuna, os socialistas portugueses nunca se esqueciam de enaltecer o papel preponderante da mulher nos movimentos populares.

Nobre França elaborará os Estatutos do Partido Socialista Português, fundado a 10 de Janeiro de 1875 e um dos primeiros nos países do Sul da Europa.

Desde o princípio o Partido Socialista desenvolveu a sua actividade em dois campos: o económico, junto dos trabalhadores, com uma associação federativa, a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa e o político, com intervenção na discussão pública dos actos do governo, participação nas eleições municipais e Câmara dos Deputados.

O 1º Congresso do Partido Socialista Português teve lugar em 1877.

No terceiro Congresso de 1879, o Partido Socialista passou a incluir no nº5 que «o partido nunca mais se abstenha de concorrer à luta eleitoral»[11].

8 Luís Bigotte Chorão, *Alcântara e a República. Um excerto de História Contemporânea,* JFA, 2011.

9 Luís Bigotte Chorão, *Alcântara e a República. Um excerto de História Contemporânea,* JFA, 2011.

10 *Ilustração Portuguesa*, 13 Maio 1912, «O 1º de Maio em Lisboa»

11 César de Oliveira, *Resumo dos Congressos e Conferências do Partido Socialista*.

No 4º Congresso de 1880 a maioria das reivindicações económicas diziam respeito a salários, tempo de aprendizagem e igualdade de salários para homens e mulheres.

A saída de figuras de prestígio do PS para o Partido Republicano como Magalhães Lima, Felizardo Lima, Heliodoro Salgado, Ernesto Silva, enfraqueceram o PS e arrastaram outros militantes activos.

Em 1887 criou-se em Lisboa o Grupo Anarquista de Lisboa, cuja declaração de princípios respondia melhor aos anseios da classe operária que queria respostas imediatas às suas reivindicações.

Anos mais tarde os anarquistas tentaram aumentar a sua influência nos sindicatos de implantação local, em Alcântara, sem grande relevância. No entanto, o centro de estudos *Regeneração Humana*, libertário, foi criado em Alcântara em 1911, sendo bastante activo.

Os anarquistas preconizavam a revolução social que recusava as eleições e os parlamentos, assim como qualquer submissão à autoridade individual ou legislativa. Preconizavam ainda a solidariedade com todos os grupos que como eles aconselhassem a abstenção às urnas, a greve violenta e a propaganda ilegal.

Melhor organizados no Porto, tiveram eco, duma maneira geral, no operariado português que preferia a acção directa com resultados imediatos. A greve de surpresa, a sabotagem e a greve de solidariedade (que se tornou um dos pavores do patronato) eram os meios usados e mostraram-se muito mais eficazes que o programa bem elaborado dos socialistas.

A participação dos socialistas nos actos eleitorais também não ajudou muito o Partido Socialista quando denunciava a democracia burguesa. Era um partido reformista que esperava muito das leis do Parlamento que se revelaram lentas e poucas.

O PS não conseguiu sair destas contradições em que estava irremediavelmente enredado e os anarco -sindicalistas rapidamente ganharam terreno, no campo sindical[12].

Todo o período da República é, por isso, atravessado por conflitos laborais,

12 No 1º Congresso Operário realizado em Julho de 1909,dominavam os socialistas. A Comissão Executiva era dominada por dois socialistas, Constantino Martins e Denis Morais e um anarquista, José do Valle. Este logo na primeira sessão propõe a não admissão de elementos estranhos à classe trabalhadora, o mesmo era dizer, os delegados dos Centros Republicanos. Esta proposta é chumbada pela maioria dos congressistas. Os cisionistas realizarão mais tarde, a 5 de Setembro do mesmo ano, o 1º Congresso Sindical e Cooperativista, onde se fala do Sindicalismo Revolucionário, esboço duma nova civilização. Enquanto produtores e operários iriam dirigir a produção e a sociedade no futuro.
A solidariedade operária é apanágio desta corrente, assim como a acção directa, como método de luta.
No 2º Congresso de 1911 estas ideias são reafirmadas: a acção directa, a inutilidade das reformas legais, é função dos sindicatos mobilizar os trabalhadores para a luta reivindicativa e afastá-los dos partidos políticos.

greves, paralisações selvagens, confrontos, principalmente no ramo têxtil, conservas e corticeiros.

III - A luta das mulheres operárias e o papel pioneiro das trabalhadoras de Alcântara

Pode-se dizer que as lutas das operárias Alcântara foram singulares como singulares são as lutas das mulheres.

Duma maneira geral, as revoltas das trabalhadoras de Alcântara encerram em si muitas das características dos protestos femininos, ao arrepio das formas mais comuns do activismo sindical.

Iam em cortejo pedir audiências, não recusavam redigir pedidos de forma cortês em que solicitavam a boa intervenção das entidades para benefício de todos; quando denunciavam os abusos sexuais de que eram vítimas por parte dos capatazes e directores, deixavam ver, ao mesmo tempo, como se faziam e desfaziam as promoções de outras operárias, sem qualquer relação, a mais das vezes, com o bom desempenho profissional; abandonavam o trabalho como forma de greve.

Conseguiam transformar as greves numa festa, de grande convívio e solidariedade, capazes de congregar a simpatia da comunidade local. Foi assim na greve de Agosto de 1913 na fábrica Conde da Ponte em Alcântara um dos pontos altos do protesto do operariado feminino.

Intervinham em grupo nos conflitos laborais e foi com os seus xailes, braços e mãos, que se bateram e se defenderam, a si e aos seus, enfrentando quer os patrões armados quer a guarda a cavalo.

Na fábrica do industrial Ribeiro da Silva (Alcântara) «*os portões abriram-se e o pessoal entrava para o pátio (…) aquele não entra, dizia o industrial, aquele sim, repetia, colocando-se à frente dos desgraçados, de bengala no braço esquerdo e um revólver na mão direita, carregado, dirigindo insultos e ameaças; agarrando pelos cabelos uma operária que queria sair por ter sido despedido o seu companheiro, estabeleceu-se uma luta entre este e o facínora. A confusão foi medonha e o pânico indescritível. Os mestres da fábrica que também se encontravam armados de revolveres carregados, desfecham loucamente, sendo ferida numa face uma outra operária da fábrica que teria sido assassinada se não fora a intervenção dum sobrinho do industrial que deitando a mão a um braço dum deles evitou uma grande desgraça (…)*».

Incitavam os maridos a manterem-se firmes «*Deixem-se estar. A tropa não faz mal. Se for preciso a gente põe-se à frente dos soldados, como as nossas companheiras*

fizeram em Aldegallega e eles não avançam!»[13]

Não se calavam facilmente. Gritavam e insultavam. Numa situação de greve em que o gerente não deixava entrar o jantar para os operários afim de os obrigar a sair, eles não arredaram pé graças à "barulheira" das mulheres *«principiando as mulheres a protestar. De tal modo que o comandante da guarda republicana ordenou que se fizesse entrar a comida!»*[14]

Se lermos atentamente cada pequena notícia laboral, desse passado tão perto ainda, vemos que as mulheres operárias estiveram sempre presentes pela sua acção.

Não foram nem submissas, nem apáticas.

Os operários pregueiros (que fabricavam pregos, categoria metalúrgica em que trabalhavam mulheres, em Alcantâra) procuraram o governador civil para serem readmitidos operários/as despedidos e os/as grevistas. Deram prazos para a readmissão, findos os quais os trabalhadores, primeiro, abandonariam o trabalho, e a seguir, se a recusa se mantivesse, entrariam em greve geral. Nomearam comissões para angariação de fundos a serem distribuídos aos grevistas. Eduarda da Conceição foi eleita para uma dessas comissões e fez questão de, em plenário, corrigir uma afirmação feita por ela na assembleia anterior e que fora mal interpretada, já que «*não considerara o trabalho pesado, mas sim que a qualidade das matérias primas era má, daí as operárias não conseguirem trabalhar eficazmente*».[15]

A má qualidade da matéria –prima vai estar no cerne das reivindicações das mulheres trabalhadoras.

13 *A Capital*, 12 Março 1911.

14 *A Capital*, 12 de Março 1911. Em Aldegallega, as chacineiras,700 mulheres, do serviço de matança de porcos, trabalhavam das 7 da manhã às 9 e 10 horas da noite, em troca de 260 réis, reivindicaram a entrada às 7 e saída às 5, e salário entre 260 e 300 réis, e 30 réis por hora extraordinária. Perante a recusa dos chacineiros (negociantes de porcos) entraram em greve e viram os seus salários elevados para 300 réis com 9 horas de trabalho.

15 *O Século*, 17 Novembro 1910, p.2, col 1, «Os operários pregueiros farão causa comum com os da fábrica da Rua Vinte e quatro de Julho, se estes não forem readmitidos até segunda - feira»

IV - Características das greves femininas

1 - Denúncia e recusa do material de má qualidade, fim das multas e outras punições. Assim como redução do horário de trabalho e igualdade de salários.

A qualidade da matéria -prima com que trabalhavam foi denunciada pelas mulheres. Muito lutaram para não serem esbulhadas por patrões pouco escrupulosos que se serviam de qualquer defeito no trabalho para descontarem no pagamento.

Esta foi uma característica marcante dos protestos das mulheres trabalhadoras: **a denúncia e recusa do material de má qualidade, assim como o fim das multas e de todo o tipo de punições arbitrárias.**

1.1 - Na indústria Chapeleira

Percorrendo *O* Chapeleiro encontramos, amiúde, a denúncia desse tipo de prepotências «*numa das mais importantes fábricas de chapéus desta cidade, quando dão chapéus de cor às afinadeiras, para afinar, se acontece alguns mancharem, não é pago esse trabalho a quem o faz, a título de que não serve para cor. (…) esses chapéus se não servem para cor, servem para preto, portanto a casa nada perde*»[16].

«*há dias duas operárias "encruzadeiras" queixaram-se de despegarem do trabalho quinze minutos depois do sinal de saída, lamentando-se de quando chegam mais tarde dois ou quatro minutos, não as deixar entrar para a fábrica, castigando-as ainda em meio dia, tendo vista para este facto e não para o outro de as obrigar trabalhando fora da hora regulamentar. (…)olhos na hora de entrada e não à saída(…)*o responsável pela secção de "esmurçadeiras" ordena às raparigas «*que devem estar na oficina ao sinal do primeiro silvo do vapor, como seja, um quarto de hora antes da marcada para entrada na fábrica. Algumas operárias responderam que bastaria estarem dois minutos antes na oficina, e assim cumpririam o seu dever, pois tinham necessidade de satisfazer várias coisas em casa, e tinham tão somente de cumprir o regulamento da fábrica.*

Pois querem saber a resposta do moderno aspirante a mestre?

Foi de que "todo o homem que não pode ter a mulher a trabalhar na fábrica, que a

16 *O Chapeleiro,* 1 Agosto 1909, p.3, col. 3-4, «De quem é a culpa?»

tenha em casa". Apre, que isto é saber argumentar!...»[17].

1.2 - Na indústria do tabaco

Se bem que a grande massa do operariado do tabaco estivesse no Poço do Bispo, Alcântara contava com algumas fábricas de tabaco.

No fabrico do tabaco as principais activistas eram as mulheres mais velhas, que ensinavam as novas, velavam pelo respeito dos direitos consignados junto do sindicato e, se necessário, recorriam aos tribunais.

Sempre que apresentavam queixa, esta assentava em razões consistentes. Assim em Março de 1912 as operárias da folha picada queixaram-se de que o tabaco lhes era distribuído «*pessimamente preparado, carregado de moínha e de troço de talo» (…) «tanto o tabaco, como o papel e ainda a goma ou massa são de inferior qualidade, dando a má qualidade da goma origem a que muitas cigarrilhas abram por se despegar a mortalha»*[18].

A má qualidade da matéria -prima traduzia-se na má qualidade do produto final.

A reclamação foi atendida.

Quando não chegavam a acordo intramuros, as manufactureiras de tabaco reclamavam junto do tribunal arbitral. Desde o pagamento integral dos prejuízos resultantes de transferências (1908), quer contra a ilegalidade de descontos por ferimentos recebidos no trabalho (1908), ou contra a diminuição de pagamento devido a alterações na manipulação e empacotamento de marcas de tabaco de diferentes formatos (1908).

Reclamaram das médias, em que só o salário mais baixo servia de base à média, desprezando, a Companhia, a totalidade dos salários auferidos em diferentes oficinas. E ganharam.

Em 1911 as operárias charuteiras tiveram uma importante vitória por sentença do tribunal: «as operárias reclamantes qualificadas como operárias de charutos finos, têm direito, em igualdade de condições com os operários masculinos, à manipulação das marcas de20, 25 e 30 reis, e nesses termos deve-lhes ser garantida a fabricação». [19]

Foi um grande passo na caminhada pela igualdade de salários entre homens e mulheres.

17 *O Chapeleiro,* 17 Outubro 1909, p. 2, 3-4, « Pelas oficinas»

18 *A Voz do Operário*, 24 Março 1912, p. 2, col. 1-2, «Manipuladores de tabaco»

19 *A Voz do Operário*, 21 Maio 1911, p. 2, col.3, «Manipuladores de tabaco. Julgamento sobre a reclamação das operárias de charutos».

As operárias do tabaco iam para a greve sem vacilar depois de esgotadas todas as outras possibilidades. Os conflitos eram bem dirigidos, através de comissões eleitas para negociar com a direcção. O trabalho dessas comissões era apoiado por concentrações de operárias e plenários muito participados em que eram prestadas todas as informações e, em conjunto, decididas as medidas a tomar.

Este tipo de actuação pensada, consciencializada por todas, com diligências junto da direcção da empresa e em última instância recurso para os tribunais, ou greve, tem também a ver com o facto das operárias do tabaco (monopólio do Estado), serem um raro exemplo de operárias permanentes e de, por isso, fazerem carreira na profissão. Por esse motivo, aí se desenvolveu um sindicalismo forte. As negociações nesta indústria mostraram, igualmente, que a mediação era possível.

As manufactureiras do tabaco passaram a ter assento na presidência da mesa nas assembleias de operários dos tabacos, começando por secretariar, como foi o caso de Deodata Maria da Conceição Antunes.[20]

Quando dos aniversários d' A Voz do Operário - a casa dos trabalhadores do tabaco, nos discursos oficiais, a pouco e pouco, as manufactureiras de tabaco, tomaram a palavra.

Falar em público, perante uma assembleia de camaradas, integrar comissões que discutiam directamente com os responsáveis da fábrica, significou poder de liderança e acesso ao espaço público, de onde estas mulheres andavam arredadas.

1.3 - Na indústria têxtil [21]

Nos têxteis, sector que empregava cerca de 80.000 operários de ambos os sexos, as mulheres, quase todas analfabetas, eram a maioria. Trabalhavam dez ou doze/ treze horas seguidas e recebiam 160, 200 ou 240 réis, (quando a média era de 700 e 800 reis), sendo multadas com grande frequência, perdendo, deste modo, parte substancial do mísero salário: «*se nos rimos somos multadas, se falamos, igualmente; por chegar um ou dois minutos mais tarde, o mesmo e assim sucessivamente, de modo que no fim da quinzena deixamos tudo quanto ganhamos em poder do patrão* ».[22]

O mau trabalho, diziam, era não só devido à má qualidade das matérias - primas, mas também devido ao mau estado da maquinaria: mecanismos desafinados, motores e máquinas com avarias.

20 *A Voz do Operário*, 12 Fevereiro 1911, p. 1 , col 6, «Manipuladores de tabaco. Operários licenciados».

21 Na greve dos tecelões do Porto de Maio de 1903, ficou para sempre gravada na memória sindical, a coragem das tecelãs ao pararem os cavalos da guarda , ajoelhando -se com os filhos nos braços, e afrontando a polícia ao invadirem a cozinha económica porque o que queriam não eram sopas mas salários justos.

22 *O Socialista,* 20 Agosto 1912, p.1, col. 4-6, «Em propaganda d´*O Socialista.* Notas de viagem na região mineira».

As mulheres reclamavam destas anomalias: «*uma das operárias, devido à própria máquina, teve uma peça com um defeito. Por esse facto, que não era da sua responsabilidade, foi obrigada a pagar determinada importância do corte, pois, se não o fizesse, seria despedida. Receosa de ficar sem trabalho, a nossa infeliz camarada pediu as suas companheiras para lhe ficarem com alguns metros do dito córte, a fim de lhe ser menos penoso o sacrifício, visto que a empresa não permite que se venda fora da fábrica a fazenda em tais condições. Valeu-lhe a solidariedade dos camaradas, porque de contrário teria de entrar com os 12.000 réis ou estava condenada a ficar sem trabalho*».[23]

Cêrca de 80.000 operarios
das industrias textis
reclamam o direito á vida

E' tempo de uma classe que foi sempre desprezada vêr, finalmente, satisfeitas as suas reivindicações

Uma fiandeira da fabrica Conde da Ponte

E' deveras imponente o movimento, que ora se observa por todo o paiz, tendente a melhorar as condições de crianças exerce-se a mais condenavel exploração: ganham 500 réis por 15 dias de escravatura, e estão sujei-

Fig. 2 - *A capital*, 7 Janeiro1911- Na Fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, (Conde da Ponte) em Alcântara, as mulheres trabalhavam 6 dias por semana, 13 horas por dia!

Reclamavam sabendo que podiam ser despedidas:

«*Em 13 do corrente, uma outra operária que estava na casa há 8 anos, porque uma peça de fazenda ficasse com umas sombras, foi chamada à presença do director na casa das fazendas. Este disse-lhe então que teria que entrar com uma quantia*

23 *O Sindicalista,* 9 de Abril de 1911

elevada daquele corte, por ele ter as tais sombras, e se não o fizesse seria despedida. Argumentou a nossa camarada que não podia pagar, pois que não ganhava sequer para comer e sustentar a família, além disso não era ela a culpada do que sucedera. Foi despedida».[24]

1.4 - O Inquérito à classe têxtil e o Congresso Têxtil

Em 1911, em Tomar, Porto, Covilhã e Lisboa, principalmente em Alcântara onde se situava o grande núcleo têxtil as operárias começaram a associar-se e a reclamar melhoria de condições.

Ao associarem-se entre si, as mulheres operárias já eram feministas.

Para obterem resultados mais rápidos e por uma questão de eficácia, nomearam uma Comissão de Reclamações para negociar com os industriais do sector. Nela figuravam, Maria da Graça, nomeada pelos operários da fábrica de algodões de Xabregas; Flávia de Matos, pela Fábrica das Varandas; pela Conde da Ponte, Maria Victoria; pela do Rio Seco, Lúcia dos Santos, Júlia de Carvalho, Maria Nascimento, pela Mattos, Maria Pereira, pela da Bombarda, Carolina Batalha.

Para fundamentar as suas reclamações a Comissão decidiu fazer um grande inquérito às condições de trabalho da classe têxtil: número de horas de trabalho, tabelas de preços, população operária que trabalhava de empreitada ou de jorna, aplicação de multas e taxas pautais; assuntos para serem analisados em congresso têxtil, assim como o assédio sexual, por parte dos encarregados. E as conclusões entregues ao Governo e ao Parlamento.

O Inquérito à classe têxtil deu-lhes assento no Congresso Têxtil.

Flávia de Matos e Liberdade da Pátria Gomes Ramos, faziam parte da Comissão Central da Classe Têxtil promotora do Congresso lado a lado com António Thomaz, Manuel Francisco e Pedro Muralha.

Os congressos foram uma ocasião privilegiada para a formação política destas operárias. Ouviam os discursos directamente da boca de destacados dirigentes que tanto admiravam. Aprenderam o ritmo e o modo dos grandes oradores.

Traziam de lá textos bem elaborados, muita documentação, o contacto com os jornalistas e até com delegados estrangeiros e experiências diferentes.

Seguindo a deliberação da reunião de 6 de Agosto de 1911, na Caixa Económica

24 *O Sindicalista,* 9 de Abril de 1911

Operária, as operárias têxteis entregaram uma representação (o actual caderno reivindicativo) às Constituintes, pedindo nomeadamente o horário de 8 horas de trabalho, tribunal arbitral, garantia de trabalho para todos os operários e reconhecimento da associação sindical por parte dos industriais. A Comissão que entregou o caderno reivindicativo era acompanhada por uma multidão de mulheres que tiveram de ser contidas pela guarda.[25]

Fig. 3 – As trabalhadoras têxteis frente ao parlamento numa manifestação em que as mulheres foram a esmagadora maioria. Quase todas muito jovens e saídas do mundo rural. Os capatazes chegavam a proibir que falassem entre elas, durante o trabalho e controlavam o tempo de ida à casa de banho.

Se o Inquérito à classe era a primeira vez que ocorria, também a manifestação quase inteiramente feminina era uma novidade. Regra geral, nas manifestações, as mulheres tinham um papel fixado à partida: ou levavam as bandeiras negras da fome ou faziam de núcleo de apoio, quase como um ornamento. Nas fotografias da época vemo-las quase sempre todas juntas, num pequeno grupo, a um canto. As manifestações de rua eram um feudo masculino, pontuadas por correrias e muita pancadaria. Mas elas rompera º m com essa tradição.

25 *Ilustração Portuguesa*, 21 de Agosto de 1911, «A classe têxtil reclama das Constituintes»

MOVIMENTO OPERARIO

As reclamações da Classe Textil

vão ser um facto, mas apresentadas com criterio, cordura e bom senso, dil-o uma operaria

Liberdade da Patria

A imprensa, com especialidade a *A Capital*, tem nos ultimos mezes demonstrado que a classe textil se está organisando, podendo hoje afiançar-se que essa classe constitue uma poderosissima força no nosso paiz, pois são nada menos de 85:000 pessoas que, na mesma aspiração, clamam pelo alevantamento d'um importante ramo de industria nacional.

E' esta a classe composta, na sua maioria, por mulheres até aqui despresadas e escarnecidas pelos governos, pelos patrões e pelos nossos proprios companheiros, que, reclamando constantemente a sua emancipação, pretendem todavia escravisar as suas companheiras!

Pois será esse movimento de mulheres que dará a tôdas as classes trabalhadoras uma lição terrivel, demonstrando como se lucta para se poder vencer.

Chegou a hora em que vamos começar as nossas reclamações. E—pena é dizel-o—é justamente n'este momento que alguns srs. industriaes, —felizmente nem todos—para experimentarem a força da nossa classe, estão promovendo conflictos aos quaes se tem respondido com desassombra-

clamámos, apezar das condições d vida se aggravarem dia a dia. E ist porque não desejamos que nos digam o que teem dito das outras classes que pretendemos de alguma form difficultar a marcha triumphal do go verno provisorio da Republica.

Do grande congresso resultar um inquerito á industria, que beneficiará operarios e industriaes

Soou, porém, a hora em que tam bem nós vamos reclamar, mas com todo o criterio, com toda a cordura bom senso.

Não poderão dizer que as nossa reclamações são disparatadas. A ta bella que vae ser presente á indus tria é baseada na casa que melhor pag Portanto, se existem casas que pa gam quatro, não se pode admittir qu outras haja que paguem apenas doi.

Os operarios não são culpados d más administrações, ou não são obr gados a trabalhar para sustentar grande numero de empregados co

Flavia de Mattos

grandes ordenados e que nada prod zem.

Não recebem os accionistas de gumas fabricas os dividendos resp

(...)

Unamo-nos para podermos respo der com altivez ás investidas quem até hoje tanto tem escarneci

Fig. 4 – *A Capital,* 17 Março 1911- a operária têxtil Liberdade da Pátria assinou um extenso artigo sobre as reclamações da sua classe. Nele exalta a maturidade das mulheres ao optarem pela feitura dum inquérito à indústria têxtil sobre horários, salários e condições de trabalho das trabalhadoras, para sustentarem as suas reivindicações.

Do sector têxtil de Alcântara, saíram grandes propagandistas do movimento operário.

Escreveram artigos em defesa das mulheres trabalhadoras nos jornais periódicos: Liberdade da Pátria assinou um extenso artigo n' *A Capital* sobre as reclamações da classe têxtil, em que exalta a sensatez das mulheres na luta pelos seus direitos, justamente por iniciarem um inquérito para sustentarem a justeza das suas reivindicações.

Estas sindicalistas têxteis foram pela província, em sessões de propaganda, num tempo em que não ficava bem às mulheres circularem sozinhas.

Viajar foi, para elas, um desafio e ajudou -as, também, a saírem dos papéis que lhes estavam destinados, na esfera sindical, e que, a mais das vezes, era secretariar os dirigentes. Tomaram a palavra dissertando sobre o movimento operário, e a forma de melhorar a situação da classe.

O sucesso das suas primeiras intervenções públicas, os aplausos redobrados eram sempre muito aplaudidas, incitaram-nas a continuar.

Fizeram-se oradoras do movimento operário, caso de Adelaide Costa, com o objectivo de consciencializarem as operárias, para a *«necessidade urgente dum movimento que, tomando por base a união e a solidariedade, sejam atendidas na justiça das suas reclamações»*.[26] Defenderam a entrada das operárias nos sindicatos ao lado dos homens como a forma mais segura de acabar com a exploração capitalista fonte de toda a descriminação na fábrica.

Animava-as um espírito de missão. Distinguiam-se pela sua força e convicção, do comum dos intervenientes.

Foi o caso da operária Capitolina de Jesus, que teve a sua fotografia publicada no jornal *A Capital,* de 7 de Janeiro 1911, na página "Tribuna do Operariado",

Fig. 5 *A Capital*, 7 de Janeiro 1911 A operária têxtil Capitolina de Jesus, distinguiu-se como oradora da classe. Levava alento e esclarecimento às companheiras pelas fábricas onde se deslocava.

26 *O Socialista,* 29 Janeiro 1913, p.2, col. 1-2, «Luta de classes. Classe têxtil. Conferência.»

Influenciadas por pensadores como Fourier e Saint-Simon atreveram-se a defender o trabalho como remédio contra a prostituição ao mesmo tempo que era um direito que lhes assistia tal como o era para os homens.

Liberdade da Pátria, Luíza Pinheiro, discursaram em mais duma ocasião, para demonstrar a utilidade e a urgência das companheiras se associarem, apesar de tantas vezes terem sido abandonadas pelos sindicatos.

Os homens lamentavam a sua falta de sindicalização e passividade, que muitas vezes, tinham sido os próprios homens a criar. Havia sindicatos que só permitiam a inscrição das mulheres mediante a autorização por escrito do marido ou pai. Outros começam a autorizar-lhes a sindicalização.

Não só abandonadas mas até boicotadas, assobiadas e vaiadas.

Uma conferência de Adelaide Costa, na Associação Têxtil, sobre organização operária e a utilidade para as trabalhadoras da indústria têxtil se sindicalizarem foi interrompida «em alta gritaria (…)por um grupo de desorientados que se dizem anarquistas, capitaneados por Bartolomeu Constantino»[27]. Ainda segundo a notícia os mesmos indivíduos tiveram de se retirar devido aos protestos das mulheres presentes. O jornal acusava-os de tentarem «desorganizar uma associação que eles não vêm de bom grado». O articulista considerava os verdadeiros anarquistas merecedores de respeito pelo seu ideal, mas que os que ali tinham aparecido, apenas pretendiam estabelecer a confusão entre operários.

Nos têxteis as mulheres operárias integraram comissões, para que foram eleitas pelos outros trabalhadores, que reclamaram junto das autoridades a solução de conflitos laborais: «*na reunião do pessoal da Fábrica Varandas, a sra Flávia de Mattos, da Comissão que foi saber do sr Governador Civil a resposta do pedido que lhe foi feito para conseguir dos directores da fábrica que entrem em negociações com o pessoal sobre a tabela de preços que lhes foi presente (…)*».[28]

E obtiveram ganho de causa *«eis finalmente feita justiça. Ontem procurou-nos a Comissão delegada dos operários da Fábrica das Varandas, comunicando-nos que segundo a resposta do chefe de distrito, as mulheres seriam aumentadas em um vintém, e que as sarilheiras tão depressa houvesse trabalho seriam admitidas, pedindo imediatamente a sua demissão de director o sr Cyaneiros»*.[29]

Por fazerem parte da Comissão que, em nome do operariado, negociara junto do Governador Civil, Flávia de Mattos e Maria Teodora foram despedidas, da Fábrica das Varandas, (Flávia de Matos foi posteriormente reintegrada).

27 *O Socialista,* 30 Janeiro 1913, p.1,col 5, «A classe têxtil. Conferência de Adelaide Costa»

28 *O Socialista,*18 Fevereiro 1913, p.1,col. 6-7, « Secção têxtil de Xabregas e Olivais»

29 *O Socialista,* 2 Março 1913, p. 1,col 5, «Movimento têxtil».

Ao irem país fora, ao difundirem os benefícios do associativismo (sindicalização), ao falarem em público, aprenderam a dominar a assistência que as escutava, a orientá-la, dirigindo-a para esta ou aquela reivindicação ou solução. Ao participarem activamente no inquérito à classe e no Congresso Têxtil, ao escreverem nos jornais, estas operárias quebraram barreiras e entraram em territórios até aí reservados aos homens. Saltaram da esfera privada em que o que contava era cuidar da casa e dos filhos e conquistaram um pequeno lugar no espaço público detido exclusivamente pelos homens, trampolim para o poder político.

As sindicalistas têxteis foram pioneiras na luta de todas as mulheres pela cidadania.

2 Recusa e denúncia das desconsiderações e abusos

Outra das características marcantes das lutas das operárias de Alcântara e das mulheres trabalhadoras duma maneira geral, foi a denúncia não só das prepotências e arbitrariedades, mas também do abuso sexual, por parte dos seus superiores hierárquicos, desde o encarregado ao director geral

Uma das causas da revolta e descontentamento das operárias eram as desconsiderações e abusos constantes de que eram objecto por parte dos mestres, directores, gerentes das fábricas.

Com a República elas ganharam força e as próprias operárias escreviam, para os jornais sindicais, a dar conta de todo o tipo de violências a que eram sujeitas, muitas vezes, até, por parte daqueles que deviam defender os seus direitos:

«Camarada redactor. Peço-lhe a publicação desta minha carta no Sindicalista. Tendo-se ultimamente levantado na fábrica onde trabalho como tecedeira, uma pequena questão por motivo de se pretender tirar um tear a uma minha companheira, que estava em casa sem trabalho, para o dar a um tecelão, o que ia prejudicar aquela, protestei contra o facto junto do camarada José Maria Lopes, que faz parte da comissão existente na fábrica de sedas da rua Bombarda, onde eu também trabalho. Era uma injustiça que não podia passar sem o meu protesto e o das minhas companheiras e, que, além disso, colocava mal a comissão.

Pois aquele comissionado, que não teve uma única palavra de reprovação contra tal irregularidade, só porque eu chamara a sua atenção para uma injustiça, insultou-me com palavras injuriosas, chegando a chamar-me prostituta.

Este José Maria Lopes é um indivíduo dotado de tão ruins sentimentos que tem chegado a fazer gestos indecorosos a companheiras, dentro da fábrica. E pertence

um homem destes à Comissão Central. Se o meu Sindicato e aquela Comissão não o metem na ordem, pode suceder que um grande número de sócios abandonem a Associação, visto que nesse propósito se encontram caso ele continue na mesma atitude. (…) Agradeço a publicação destas linhas. A sua camarada, E.L.»[30]

O Sindicalista de 1 de Maio 1911, falava duma longa carta assinada por operárias da oficina de fiação da fábrica Blak, em que estas se queixam que o seu mestre, um tal Diniz, as tratava inconvenientemente, faltando-lhes ao respeito.

A operária M.L.S. escreve que *«o que se passa na oficina das aspas vem de há muito reclamando providências (…) nesta oficina umas são filhas e outras enteadas, umas são perseguidas e outras protegidas pelo mesmo encarregado. (…) na distribuição do trabalho, o melhor é sempre distribuído por aquelas que perdem tempo infinito em conversas desbragadas com o mesmo encarregado ou por aquelas que o presenteiam com uma porção de pevides(…) »*[31]

Ao denunciarem estas situações elas puseram, também, a nu, como funcionavam as admissões de pessoal, como se progredia na profissão, ao arrepio do estabelecido nos contratos e acordos firmados com os sindicatos, pondo em cheque o papel das associações de classe na defesa da profissão.

Adoptaram formas de luta mais radicais, como no caso da fábrica Robinson, em Portalegre, onde o assédio provocou uma greve em que as mulheres formaram cordão `a porta para a greve não ser furada, sugerindo soluções, inéditas no seu tempo, com vista a pôr termo aos desmandos dos seus superiores, *«desejavam que a sua oficina não fosse mais dirigida por homens, mas sim por uma mulher, para evitar escândalos ou ruim fama.»*[32]

Na Conde da Ponte, uma vez, o director -gerente perguntara a uma, se ela tinha namoro, e perante a resposta positiva, dissera que era mal empregada nele: «*Olha eu dou-te uma linda boina, com a qual virás à fábrica num domingo, e se me deres os…andarás muito bem vestida*». Outra fora pedir ao mesmo director a readmissão do irmão que fora despedido, e ele respondeu «*que lhe daria a resposta no seu gabinete, se ela fosse só, ter com ele*». A uma vendedeira, por ele autorizada a vender fruta no recinto da fábrica, também dissera que guardasse para ele os … e se ela depois se quisesse casar arranjar-lhe-ia um bom casamento.[33]

Os avanços constantes do director -gerente Alfredo de Brito, levou à formação duma comissão composta de 5 homens e 4 mulheres que foram aos directores da

30 *O Sindicalista,* 20 Agosto 1911, p.3,col.3, « À classe têxtil».

31 *O Sindicalista,* 9 Dezembro 1912, p.2,col. 3, «Tribuna de classes. Fábrica do Conde da Ponte»

32 *O Sindicalista,* 6 Agosto 1911, p.3,col 1-3, «Vida Operária. Em Portalegre a greve da fábrica Robinson».

33 *O sindicalista*, 17 Setembro 1911, p.2,col. 3-5, «Pela classe têxtil. Falamos operários da fábrica Conde da Ponte»

Companhia expor os factos, sendo readmitidas as operárias que tinham saído da fábrica por causa de Brito.

2.1 - A greve de Agosto de 1913 na Conde da Ponte, em Alcântara, um marco na luta das mulheres operárias

Dois anos depois, foi precisamente na fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense (vulgo Conde da Ponte) onde as operárias trabalhavam 6 dias na semana, 13 horas por dia, onde eram amiúde insultadas pelos encarregados das oficinas e injustamente multadas e despedidas pelos directores, que essas mesmas operárias encabeçaram uma greve com alguns aspectos únicos e inovadores que ficou como um marco na luta das operárias têxteis.

A greve de 13 de Agosto 1913 foi um acontecimento marcante que perdurou na memória do bairro, por várias razões.

Na origem da greve esteve o despedimento de 130 operários.

As mulheres mobilizaram-se e obtiveram a adesão dos comerciantes de Alcântara, e da Junta Paroquial, adesão firmada em abaixo -assinado. O que significou desde logo, a solidariedade duma parte importante da população.

Na vida triste e mal paga destas mulheres a greve foi a recusa ao despotismo, aos insultos, ao assédio sexual; foi a festa, a confraternização, as cantigas noite dentro.

No "areal da Junqueira" realizaram-se vários comícios de apoio aos grevistas por parte da população.

E na associação de classe funcionou uma cozinha comunista que servia comida aos mais necessitados, o tempo que durou a greve.

Na greve de Agosto de 1913, as operárias sindicalistas da Conde da Ponte, redigiram comunicados à população, coisa nunca vista antes, em que denunciavam o assédio por parte do director, correndo o risco de sérias represálias, até a nível penal, já que o nome do agressor e das vítimas não era escamoteado:

«Rosa do Rosário declara que poucos meses depois do sr Alfredo de Brito ser o gerente da fábrica começou fazendo promessas à operária Júlia de Sousa, casada havia três meses, e de quem, até à data, nada constava em seu desabono.

Tendo-se esta deixado seduzir, bem depressa se teve conhecimento na fábrica dos actos que, lá dentro se praticavam entre o sr Alfredo de Brito e a dita operária.

Chegando isto ao conhecimento do marido, este foi acometido de uma doença a tal ponto grave que o levou à sepultura! A operária depressa abandonada, a custo se salvou da prostituição.

O mais edificante é que, ainda mantendo relações com aquela operária, já o sr Alfredo de Brito trazia de olho uma outra operária, Elvira da Silva, tirando-a de tecedeira e colocando-a na oficina da Roleira, por esta ser isolada das outras oficinas e ele mais à vontade de se entregar aos seus galanteios.

Os processos de sedução foram os mesmos: aumentou-lhe o salário e deu-lhe - segundo ela disse - 12$000 réis " para ela se preparar à vontade".

Como ela apesar de tudo, não gostasse dele, nem quisesse satisfazer-lhe os desejos, antes tivesse contado tudo às suas companheiras, ele não só a despediu a ela como, para levar mais longe a vingança, despediu também a mãe!! Outra rapariga a quem ele aconselhou "que se guardasse para ele", Cecília Barreiros, tendo casado pouco depois, ouviu da boca de Alfredo de Brito este encantador madrigal: «tu, Cecilinha, em solteira, tinhas medo que o velhote te tirasse os três…porém agora, que és casada não deves ter medo…»

Rosa do Rosário foi despedida.

Quando a greve acabou Rosa do Rosário não foi readmitida *«por ela tomar parte activa na propaganda associativa»*[34]. Também na mesma fábrica, *«as operárias Maria da Luz e Maria da Silva, são vitimas do ódio e da vingança dos mestres (…) a operária Maria da Luz, foi sempre uma daquelas que, na associação de classe, mais se salientara na campanha contra os actos da gerência do Brito. Eis a razão porque essa companheira, como a Maria da Silva, não serão readmitidas».*

Esta greve trouxe para os jornais, igualmente, a perseguição de que eram alvo as sindicalistas.

3 Abandono do local de trabalho

A fraca taxa de sindicalização de vastos sectores das mulheres operárias não significava que fossem passivas no local de trabalho. Foram mulheres pouco ou nada sindicalizadas, que desencadearam greves abandonando o local de trabalho e levando os homens, por arrasto.

Quando atingiam o limite, pura e simplesmente iam-se embora.

O abandono do local de trabalho foi outra das características distintivas das lutas das mulheres trabalhadoras.

34 *O Socialista,* 14 Setembro 1912, p.2, col 1-2, «Acção sindical. Classe têxtil»

Na greve da União Fabril a recusa da gerência da CUF em satisfazer as reclamações dos operários provocou, a exaltação que *«era maior nas mulheres que neste movimento têm dado uma nota interessante deveras e digna de registo. Foram elas as primeiras a fazer a greve pois quando a buzina tocou para a greve geral, já a secção dos tecidos estava paralisada »*.[35]

Já em 1907, nos corticeiros, na casa Mondet, tinham sido as mulheres a dar o arranque para a greve de Julho. Na origem da greve a má qualidade da matéria –prima, a cortiça. Tanto as mulheres como os menores, era a primeira vez que se viam envolvidos numa greve: *«a primeira secção que se manifestou foi a das mulheres maquinistas. Os quadros eram secos, as pobres mulheres viam todo o seu trabalho perdido pelo estalar da cortiça, chegando – se- lhes a empolar as mãos. Era impossível trabalhar assim.*

Comissões, procuram os encarregados, o guarda livros, e o patrão. A resposta é sempre a mesma: não pode ser!

As mulheres, em que germinava o espírito de revolta e alentadas pela esperança de que a associação as defenderia, levantaram-se, num rasgo de heroicidade, abandonando a roça maldita(…)

o burguês vilão e os seus alcaiotes(…) cederam imediatamente perante aquele rasgo de revolta. As mulheres retomam o trabalho, vendo satisfeitas as suas reclamações.

(…) este acto vem despertar os indiferentes para a luta; grande número de mulheres correm a filiar-se na associação. As reuniões começam a ser frequentadas pelas mulheres.[36]

Coragem e liderança que se repetiram na greve dos corticeiros de 28 de Setembro de 1910, relatada pelos jornais diários.

Os trabalhadores lutavam contra a saída da cortiça portuguesa, em bruto, para ser trabalhada em Inglaterra, de onde voltava, já transformada, com prejuízo para os operários portugueses que viviam na miséria. A adesão foi maciça. Depois de uma reunião de todos os grevistas, no Poço do Bispo, decidiram ir falar com o chefe do governo, ao Terreiro do Paço: « *a enorme massa dos grevistas, que constituem o pessoal de 20 fábricas, e entre os quais há muitas mulheres, segue ordeiramente o seu caminho, parando pela primeira vez nas portas de Xabregas, onde as senhoras Maria Augusta e Maria do Rosário, dirigentes da comissão feminina, pretendem seguir à frente do cortejo e tomar a sua direcção.*

35 *O Século* , 11,12, 1910, p.5, col.1, «A greve na União fabril, a readmissão das operárias e operários suspensos ou despedidos »

36 *O Corticeiro,* 17 Julho 1909, p.4,col. 3, « Correio das Províncias. A propósito do levantamento do pessoal da Casa Mondet»

A multidão saúda afectuosamente as mulheres e todos se põem novamente em marcha(…).[37]

Foram estas duas mulheres, juntamente com Maria Gertrudes e Palmira Gomes, que dinamizaram as operárias corticeiras das Fábricas do Poço do Bispo, Belém, Cacilhas, Seixal e Barreiro.

A reportagem de *A Capital,* destacou a força do discurso de Maria do Rosário:

«um verdadeiro discurso, cheio de critério e de energia. Pede às companheiras que não só compareçam às assembleias para ouvir os discursos dos oradores, mas também que se preparem para sair com os grevistas à praça pública, acompanhando-os em todos os seus trabalhos e arrostando com todos os perigos que porventura surjam na sua passagem. Referindo-se à cortiça que está em Santa Apolónia, alvitra a nomeação duma comissão que vá prevenir os exportadores de que os grevistas estão dispostos a consentir o embarque. A oradora termina com um caloroso apelo a todos para que resistam energicamente, sendo o seu discurso coroado de aplausos indescritíveis».[38]

Fig. 6 *O Mundo,* 30 Setembro 1910- As mulheres decidem encabeçar a manifestação dos corticeiros a caminho do Terreiro do Paço, onde a Guarda os esperava, e é uma mulher que avança com a palavra de ordem de proibição de saída do país da cortiça portuguesa, em bruto.

37 *A Capital,* 29 Setembro 1910, p.1, col. 4-7, «Um dia de greve. Milhares de corticeiros marcham sobre o Terreiro do Paço».

38 *A Capital,* 30 Setembro 1910, p.2, col. 1-4,«as greves. A dos corticeiros só terminará quando o governo promulgar um decreto que proíba a exportação da cortiça em bruto. Assim se resolveu na reunião de hoje do Poço do Bispo».

Nenhum outro discurso, ao longo da greve dos corticeiros de Setembro/ Outubro 1910, é referido como tendo esta aceitação. E a sugestão de Maria do Rosário foi seguida: do plenário saiu uma comissão que foi a Santa Apolónia verificar a proveniência da cortiça e impedir a sua saída, caso fosse portuguesa.

A classe média apoiava as reivindicações dos operários, galvanizada pelo patriotismo que decorria da transformação da cortiça no país.

O próprio presidente do Conselho, Teixeira de Sousa, último antes da queda da Monarquia, é obrigado a capitular perante os milhares de manifestantes encabeçados pelas mulheres e publica a portaria de 28 de Setembro de 1910 que proibia a exportação da cortiça em bruto. A República não se atreveu a mexer na lei.

Em Silves, um dos principais centros corticeiros do país, um corticeiro foi morto e várias mulheres feridas quando reivindicavam o contrato de trabalho que consignava um limite à exportação de cortiça.

V - A máquina aliada (temporária) das mulheres

A actividade fabril era controlada por associações sindicais que regulamentavam a aprendizagem, assim como a entrada e a progressão na profissão. Os seus membros defendiam –se da concorrência externa limitando o acesso à profissão com quotas, inclusivamente.

No movimento sindical as mulheres aparecem como um imponderável.

E tanto são tratadas como um imponderável a cativar, quer a escorraçar.

E se havia sindicalistas a defender o trabalho feminino, a trabalho igual, salário igual, para a generalidade dos operários as mulheres e as máquinas eram a causa do desemprego entre os homens.

As máquinas, aceitavam-nas «*de bom grado, muito embora nos prejudiquem presentemente devido à sua maior produção, que faz com que se tornem desnecessários muitos braços, aceito-as de bom grado, por supor, por reconhecer nelas as nossas escravas de amanhã, aquelas que nos hão-de poupar os músculos, aquelas que mais fortemente hão-de fazer mover a alavanca do progresso, (…) Mas…há sempre um mas…infelizmente essas máquinas estão entregues a mulheres, e para nosso mal parece que a entrada das mulheres nas fábricas em vez de diminuir tem assustadoras tendências a alastrar-se e não só para as máquinas como também para outros serviços o que nos tem prejudicado e continuará prejudicando gravemente. (…) muito*

embora o rendimento de trabalho da mulher na fábrica seja muito inferior ao do homem, e muito menos consciencioso, vêm os senhores industriais, nas mulheres, a forma de poderem conseguir mais lucros pelo barateamento da mão de obra, e o que acontece? Acontece que o trabalho escasseia para os homens.(…) que devemos então fazer? evitar a entrada das mulheres nas fábricas(…)»[39]

A entrada maciça das mulheres na indústria da cortiça, nos têxteis e nas conservas, assustava um operariado pouco consciencializado. Era como se fossem elas as espoliadoras,

(…)« As oficinas estão repletas de mulheres, só na escolha são 60,e nas máquinas são 50, e o vilão a todo o momento ameaçando que vai admitir mais mulheres, mais espanhóis».[40]

A greve das operárias da indústria conserveira de Março de 1911, em Setúbal, mostrou, até que ponto o antagonismo de sexo pôde fazer fracassar uma greve feminina.

A introdução das máquinas de "cravar" fizera aumentar o número de mulheres e rapazes: 73% do pessoal em 1905 e 74,9% em 1911.

A matéria -prima era a sardinha, a cavalinha, a anchova, o carapau e o chicharro. Quando chegava à fábrica as mulheres separavam a sardinha moída, apartavam a mais pequena da grande, depois lavavam o peixe em grandes alguidares para tirar bem o sal, a seguir colocavam o peixe em tabuleiros de arame para a agua escorrer, tabuleiros que depois seguiam para a secagem em carros de rodas. Depois de seca, a sardinha era cozida ou frita, e este trabalho era feito por homens. Seguia-se a enlatagem em que as mulheres cortavam o rabo, as barbatanas e as cabeças, à sardinha, e a metiam nas latas. No fim de tudo metiam o azeite ou outros condimentos, como tomate ou pickles.

Os soldadores, sempre homens, soldavam as latas.

Este era um trabalho qualificado e os soldadores recebiam à peça, isto é, por cada lata que fechassem. Fechadas as latas eram metidas em caldeiras de água a ferver para esterilização. No fim de tudo as mulheres limpavam as latas com serradura para retirar qualquer gordura.

Com o aparecimento das máquinas soldadoras, o trabalho dos soldadores foi posto em causa. As mulheres soldadoras (ou cravadeiras) podiam fazer o trabalho deles à frente das máquinas, com benefício para o patrão, já que elas recebiam metade do salário dum homem. Em Setúbal estas máquinas desencadearam a

39 *O Corticeiro,* 3 Outubro 1929, p.2, col. 1-3, «A crise de trabalho na indústria corticeira. M e M…(Júlio Martins).

40 *O Corticeiro,* 15 Fevereiro 1914, p. 4, col. 1-2, «Pelas fábricas. Fábrica Symington».

violenta oposição dos operários, já que substituíam a força braçal, apanágio do homem. Agora qualquer mulher, a manejar uma máquina, era mais barata e diligente até, do que um homem.

As operárias das fábricas de conserva de Setúbal que ganhavam 40 réis à hora, de dia e 50 à noite, exigiram 50 reis por cada hora, quer fosse de dia ou de noite. O patronato não aceitou e despediu 115 trabalhadores por se recusarem a substituir as grevistas. Foi declarada a greve geral das fábricas de conserva a 25 de Fevereiro que se estendeu a 12 de Março.

Mas os soldadores, que eram uma peça importante nesta luta, não se mexeram, nem sequer ofereceram o seu auxílio aos colegas em luta pretextando que discordavam da oportunidade das reivindicações.

Em manifesto alegaram que «*mão estranha andava querendo arrastar e dirigir o movimento operário, invocando um sindicalismo e uma acção directa que não é senão a volta á antiga e desacreditada greve violenta*».[41]

Houve mesmo incidentes desagradáveis entre mulheres grevistas e soldadores: «*quando passou pela avenida uma mulher das que só querem trabalhar por 50 réis à hora, estava um grupo de soldadores que lhe gritou:" vivam as mulheres de pataco e abaixo as de meio tostão!". A mulher em questão, respondeu:" vivam as máquinas, abaixo os soldadores"! Então o grupo de soldadores insultaram-na e ela teve de defender-se. Nessa altura passa um polícia a quem chamam o Moisão, a quem os soldadores pediram para prender a mulher, no que foram imediatamente atendidos*».[42] Como ela se recusasse a ir para a cadeia ainda foi sovada pelo guarda.

A 13 de Março a GNR matou um jovem operário a tiro e uma mulher operária à coronhada.

As mortes de 13 de Março desencadearam a greve geral a 20.

Foi a primeira greve geral depois da implantação da República e estendeu-se à margem sul e a Lisboa.

Foi criado um comité central de resistência, que integrava três trabalhadores um deles, a operária Olímpia Bento.

Maria da Luz era a presidente da Associação das Operárias das Fábricas de Conservas entretanto dinamizada tendo-se filiado mais de 3000 operárias. O administrador do concelho fechou a Associação das Mulheres.

41 *O Trabalho,* 7 Maio 1911, p1,col.4

42 *O Sindicalista,* 16 Abril 1911, «O Sindicalista em Setúbal»

Por fim, com grande dignidade, as grevistas decidiram acabar com a greve para não arranjar mais problemas aos outros trabalhadores da cidade já tão castigada pela repressão patronal e pela GNR.

A 10 de Abril as fábricas retomaram a laboração não tendo as mulheres, conseguido o aumento. Os membros dos comités de greve acabaram presos, entre eles, Carlos Rates, enviado para bordo duma canhoneira, incomunicável.

As fábricas, quando reabriram, eram guardadas pela tropa e a cidade patrulhada em permanência não sendo consentidos ajuntamentos de pessoas.

Todos os anos os trabalhadores das fábricas de Setúbal homenageavam os mortos de 13 de Março de 1911- Mariana Torres e António Mendes Verruga-, rumando ao cemitério a que se seguiam grandes manifestações e discursos.

Nos anos 30-40 já só havia mulheres na indústria conserveira.

A elite dos soldadores fora substituída pelas máquinas manejadas por mulheres mais mal remuneradas.

Na greve geral de solidariedade com os grevistas de Setúbal, de 1911, em Alcântara, os grevistas solidários, foram na sua maioria mulheres -- da Fábrica de Chocolates Regina e da Fábrica de Alfinetes, da fábrica União, no Largo das Fontaínhas, do outro lado da Ribeira de Alcântara, e da Fabrica Sol, na 24 de Julho/Travessa do Baluarte, assim como do Estaleiro Naval da Rocha, arrendado à CUF, situado mais para Santos.

Fig. 7 *Ilustração Portuguesa,* 27 Março 1911- Operárias da CUF, na 24 de Julho/Travessa do Baluarte, que vai ter à Rua do Largo de Alcântara, em greve, solidárias com os grevistas de Setúbal.

No movimento sindical, o apoio às mulheres, foi escasso.

Pinto Quartim**,** jornalista e anarco –sindicalista, director da "*Terra Livre*", destacou-se, como poucos, na defesa intransigente do direito das mulheres ao trabalho. Elogiou, em 1913, a força determinante das mulheres nos combates em que se metiam, dizendo mesmo que «*nenhuma causa terá probabilidades de vitória se nela não estiver interessada a mulher*»[43].

Pinto Quartim esteve em contacto directo com as lutas da classe operária neste período, e insistiu na necessidade da integração das mulheres nas fileiras do sindicalismo para lhe dar *«o concurso preciosíssimo da sua inteligência que é viva e penetrante, do seu entusiasmo que é inflamador e comunicativo, da sua fé que é inquebrantável e da sua dedicação que é sem limites».*

«*O senhor compreende: se algum cliente se permitia manifestar o seu mau humor, os empregados respondiam-lhes no mesmo tom, e não faziam mais caso algum das chamadas. De noite, às vezes dormiam todos, e as campainhas dos telefones podiam vibrar indefinidamente. Chegou a haver conflitos sérios. Com as pequenas, agora o caso é outro. Têm paciência. E, sobretudo, a mão -de -obra é muito mais barata…mas com o desenvolvimento que o serviço vai tendo as trinta não chegam. Precisávamos de 50, pelo menos».* [44]

A Companhia dos Telefones situava-se na rua da Conceição, e a sala dos aparelhos, onde trabalhavam as telefonistas, era no último andar, onde se acedia por uma estreita escada. A toda a volta da sala «*uma espécie de estante continua, em frente dela uma fila de cadeiras e quinze ou 20 raparigas sentadas. Todas elas têm os auscultadores fixos na cabeça e com ambas as mãos livres executam vertiginosamente complicados movimentos. E durante longas horas, durante dias sem fim, são sempre as mesmas perguntas, sempre a monotonia das mesmas respostas…*

Com prodigiosa agilidade, todos aqueles braços se movem, incessantes, infatigáveis, estabelecendo comunicações, desligando outras. Ninguém dá pela minha entrada. Têm lá tempo para isso! Aquelas raparigas são máquinas vivas a que não é permitido um instante de distracção. O olhar, têm -no constantemente fixo num pequeno monitor onde aparece uma lâmpada acesa a cada pedido dos subscritores. Os ouvidos são para eles também, exclusivamente para eles. Não ouvem outra coisa. Não vêm mais nada. E junto da janela, sentado à sua secretária, o fiscal observa tudo, e escuta, mercê de um auscultador, para tal fim, alguma irregularidade que eventualmente se pratique [45]

43 *O CORTICEIRO,* 1-4-1913, p.4, col. 2-4, «A necessidade da integração da mulher no movimento operário»(Pinto Quartim).

44 *O Mundo*, 7 Setembro 1910, p.1,col. 3-6, «Allô, Allô…As "escravas " dos telefones -mal remuneradas, sob o peso de enorme trabalho e responsabilidades, as telefonistas de Lisboa constituem um caso típico de miséria social».

45 *O Mundo*, 7 Setembro 1910, p.1,col. 3-6, «Allô, Allô…As "escravas " dos telefones -mal remuneradas, sob o peso de enorme trabalho e responsabilidades, as telefonistas de Lisboa constituem um caso típico de miséria social»

Da boca duma antiga telefonista o jornalista recolheu os elementos para traçar o panorama do momento «*as telefonistas são poucas e obrigadas a trabalhar por isso mais do que podem. O pior de tudo é que são pessimamente remuneradas. Imagine que algumas ganham uns míseros 100 réis por dia! Cada empregada tem 200 linhas a seu cargo e é obrigada a trabalhar oito horas - naquele trabalho horrível que o senhor presenciou. Quando por acaso falta alguma, as outras dividem a tarefa entre si, visto não haver empregadas suplementares. Desta forma não é raro que as telefonistas tenham 9 a 10 horas de trabalho por dia…além disso, os subscritores são, por vezes, terrivelmente malcriados. É preciso que as raparigas se revistam duma paciência evangélica para lhes aturar tudo quanto querem dizer, e ainda por cima são multadas quando há alguma queixa* [46]

A 29 de Novembro entraram em greve os operários da companhia, mas as telefonistas não aderiram logo, com medo que as despedissem. A telefonista Leonor Cordeiro, foi despedida, sem que tivesse assinado qualquer caderno reivindicativo, nada, nem aliciado colegas, *«o que ela fez muitas outras fizeram: prontificava-se a assinar em primeiro lugar, desde que todas as outras a seguissem»*[47]. A 30 de Novembro, *O Século* afirmava que as telefonistas também estavam em greve, com excepção de *«4 empregadas»* a quem o gerente manteve todo o dia e toda a noite a trabalhar, *«mandando-lhes servir um óptimo jantar, cujo menu constou do seguinte: sopa, carne assada com batatas, peixe frito, frutas, vinho e pão»*[48] e o jornal acrescentava que os grevistas reclamavam 500 reis de aumento mensal e a readmissão de Leonor Cordeiro. [49] A 4 de Dezembro *O Sindicalista* noticia que os trabalhadores conseguiram o aumento dos 500 reis, 9 horas de trabalho, e outras regalias, mas Leonor Cordeiro não foi readmitida.

VI - Sindicatos femininos

Com a República, a taxa de sindicalização feminina progrediu, aumentando, lentamente, o número de sindicalizadas.

Maria Viegas *«preconizou a acção sindical como o melhor método de luta para opor um dique à exploração capitalista e realizar a finalidade do Sindicalismo - o*

46 *O Mundo*, 7 Setembro 1910, p.1,col. 3-6, «Allô, Allô…As "escravas " dos telefones -mal remuneradas, sob o peso de enorme trabalho e responsabilidades, as telefonistas de Lisboa constituem um caso típico de miséria social».

47 *A Capital,* 29 Novembro 1910, p.2, col. 3-4, «Fala os telefonistas. Emudeceram os telefones? O pessoal masculino abandonou hoje o trabalho. O pessoal feminino tem medo de aderir à greve».

48 *O Século*, 30 Novembro 1910, p.1, col 5-7, «A greve dos telefonistas. Lisboa ainda comunica pelos fios. Os operários e empregados, apesar do ministro lhes pedir para retomarem o trabalho, enquanto solucionava a questão, continuam em greve».

49 *O Século*, 30 Novembro 1910, p.1, col 5-7, «A greve dos telefonistas. Lisboa ainda comunica pelos fios. Os operários e empregados, apesar do ministro lhes pedir para retomarem o trabalho, enquanto solucionava a questão, continuam em greve».

comunismo livre».[50]

E se as burguesas desiludidas com os republicanos, tomam consciência da sua condição, fundando movimentos especificamente femininos, também as mulheres trabalhadoras, discriminadas no seio das associações operárias, tendem a agrupar-se em associações de mulheres operárias.

Abrem novos sindicatos inteiramente femininos, como o das Parteiras, em Dezembro de 1910.

Augusta de Freitas e Olimpia de Carvalho, Amélia Plácido, Ludovina Lealdade, Marcelina Silva, entre outras, dirigem os destinos duma classe que exige a proibição do serviço das "aparadeiras" e o reconhecimento unicamente das diplomadas.

O das Costureiras e Ajuntadeiras[51], também é inteiramente feminino.

É um sindicato antigo, de orientação socialista. Nos seus corpos directivos encontravam-se membros da direcção da futura União das Mulheres Socialistas, ramo feminino do Partido Socialista de Portugal. A presidente era Margarida Marques, da cúpula da União Mulheres Socialistas.[52]

Segundo A Voz do Operário de 8 Maio 1904**,** esta associação voltava ao activo: «*Esta associação que já foi grande, também esteve por largo tempo paralisada, como muitas outras, devido às muitas questões que têm agitado o movimento operário, e a alguns indivíduos que ainda há pouco tempo faziam a propaganda das associações femininas e hoje procuram desviar delas as mulheres.*

No entanto, um grupo de corajosas mulheres, rompendo com preconceitos injustificáveis, procurou novamente levantar a sua colectividade, chamando todas as suas companheiras da industria de costura a arregimentarem-se dentro da associação, para procurarem acabar com a larguíssima exploração de que são vítimas, quer

50 *O Sindicalista*, 11.6.1911

51 As ajuntadeiras ou maquinistas "ajuntavam", cosiam, as botas e os sapatos e alinhavam os forros do calçado. Também podiam casear.

52 1908- Presidente Assembleia Geral -Maria do Carmo Costa, secretárias Deolinda Amélia Sousa, e Elisa Correia da Silva.

Direcção- Presidente, Helena Rosa, secretária ,Margarida Marques, Tesoureira, Guilhermina Marques.

Comissão revisora de Contas - Mariana Cortez, Deolinda Cortez e Maria José Villa Nova;

1909- Presidente AG - Maria da Conceição Santiago, secretária Maria dos Santos da Cruz Pinto;

Vogais da Direcção: Emília Coutinho dos Santos, Mariana Grogencia.

Comissão revisora de contas - Amélia Costa Cortez, Maria do Carmo Costa e Emília Oliveira

1911-Direcção Eugénia Maia, Etelvina Santos e Elvira da Conceição; conselho fiscal - Deolinda Neves, Rosa Vieira e Olímpia da Conceição.

Assembleia geral - Margarida Marques, Conceição Mattet e Aurora Serrão.

1912- Assembleia Geral -presidente, Conceição Fernandes; vice -presidente, Camila Pinto d' Almeida; vogal, Rosa d' Almeida.

Direcção -Presidente, Deolinda Pereira de Sousa; 1ª secretária, Maria de Jesus Miranda; 2ª secretária, Maria da Conceição; Tesoureira, Angelina Abreu Lopes; Vogal, Palmira de Jesus Miranda.

Comissão de Propaganda: Cecília d´Almeida Cabral, Ana Ferreira e Francelina Gomes d´Almeida.

aquelas que trabalham nos ateliers, quer mesmo as que exercem o seu trabalho no lar doméstico. Esta pobre classe não tem horário nem sequer tem horas para descansar, trabalhando 12, 14 e 16 horas, por um salário que não chega senão para morrerem de fome. Por isso bastantes raparigas sucumbem vitimadas por esse terrível flagelo que se chama a tuberculose devido ao muito excesso de trabalho, e muitas vezes à deficiência de alimentação. (…)

É pois, por estes e outros casos que nós chamamos a atenção desta numerosíssima classe, para que auxilie as suas companheiras que desejam novamente levantar a sua associação, entrando para ela, (…) pois que a associação pensa na criação dum cofre de auxílio às sócias quando doentes».

Multiplicaram-se as reuniões plenárias em que as costureiras denunciaram as oficinas sem altura suficiente, onde tinham de andar curvadas, respirando um ar pestilento e infecto, trabalhando sem luz. As que trabalhavam estofos de seda, e passavam o fio nos lábios, antes de o enfiar na agulha, sofriam mais tarde de saturnismo, já que as sedas tinham 20 % de acetato de chumbo. Os primeiros sintomas da doença eram diarreia, vómitos, falta de apetite a que se seguia a anemia e mais tarde a tuberculose.[53]

53 A perigosidade da costura era suplantada pela das chapeleiras. Na indústria chapeleira as mulheres estavam sujeitas a grande esforço. Operárias sentadas retiravam os pelos e as penas das peles a serem trabalhadas. As mulheres protegiam o cabelo com um lenço mas acabavam por respirar toda a espécie de penugem, resíduos orgânico e germes de toda a espécie, micróbios, cogumelos. A acumulação de poeiras traumatizava os olhos e as vias respiratórias provocando infecções. A somar ao ar contaminado havia a fabricação e emprego do sal de mercúrio destinado à preparação dos pêlos. Fabrico feito nos próprios ateliers onde deviam ser utilizados. Em vastas estufas fazia-se a mistura de ácido nítrico e de mercúrio, em quantidades que variavam conforme se pretendia feltro mais macio ou mais rijo. No acto de mistura os vapores que se formavam eram altamente nocivos para a saúde. A seguir as peles húmidas desta mistura iam para a secagem em estufas. Para as retirar os operários eram obrigados a penetrar numa atmosfera impregnada de vapores de nitrato e de mercúrio. Todas estas operações levavam horas. Depois as peles eram cortadas num outro atelier por operárias sentadas. Cortavam com uma faca as partes defeituosas. Além do perigo de golpes muito frequentes e que se inflamavam quase sempre, as operárias respiravam, sem qualquer protecção, as poeiras e os vapores de nitratos e de mercúrio. Por outro lado as suas mãos, directamente em contacto com as peles preparadas, carregadas de mercúrio que era directamente absorvido pela pele. As operações seguintes, escovadela, corte e empacotamento provocavam mais contacto directo com o mercúrio e nitratos, quer pelas vias respiratórias quer através da pele. Entre esses diversos ofícios havia muitos extremamente perigosos, por ex, a fabricação e branqueamento de chapéus de palha, de risco constante, pelo gás, ácido sulfúrico e alcalinos utilizados. Outro tanto sucedia com a inspiração dos vapores de cloro, para o branqueamento de telas vegetais. Havia também o perigo de envenenamento na fabrico de papéis pintados, obreias (pasta de massa que servia tb para colar) de cor e flores artificiais, da metacromotipia, dos venenos e produtos químicos, e, sobretudo, na pintura dos soldados e brinquedos de chumbo. A manipulação do mercúrio na fabricação de espelhos era uma verdadeira sentença de morte para o fruto do ventre das mulheres grávidas que se entregavam à manipulação de fósforos. A fiação de sedas oferecia igualmente grande perigosidade. A eventualidade de mutilação de membros era elevada devido à maquinaria da indústria têxtil e à fabricação de substâncias explosivas.

O aspecto dessas operárias, constantemente expostas à absorção do mercúrio não enganava:«*a face é frequentemente pálida. Os dentes descarnados tomam uma coloração escura e esverdeada e caem rapidamente; os que resistem perdem o esmalte, tornam-se rugosos, com estrias transversais: é o dente "mercurial". Ao mesmo tempo aparece um tremor, ligeiro ao princípio, que principia pelas mãos, para atingir em seguida todo o corpo, os membros inferiores, a cabeça e a língua, podendo ser tão intenso que torne todo o trabalho impossível.*

Por vezes mesmo estes desgraçados são atacados de paralisia, de destruição dos ossos da face, de enfraquecimento intelectual».

Tudo isto em troca dum salário de miséria: «com as mulheres a exploração que exerce é tremenda. Entram na fábrica às 7 da manhã, e ali estão até à noite, fazendo muitas vezes serão por conta do dia de trabalho sem que com isso aufiram mais salário»(…) «os salários que as mulheres ganham é tudo quanto há de mais irrisório, indo desde 40 até 360 réis por dia». in A Voz do Operário, 1 Outubro 1911, p. 3, col. 3-4, «Estudos económicos. A fabricação dos feltros» e O Corticeiro, 28.9.1909, p.2,col3-4, «A greve dos chapeleiros»

Na indústria da luvaria a situação era semelhante.

Mal alimentadas, morando nos bairros mais afastados e pobres da cidade, algumas andavam 10 quilómetros e mais, a pé, para chegarem aos ateliers e à noite regressarem a suas casas

Margarida Marques, a presidente da associação, juntamente com Elisa Silva, Maria José, Guilhermina Marques destacaram-se na mobilização que faziam da classe chamando-as ao sindicato e promovendo sessões de propaganda nos bairros mais populosos da capital, a fim de chamar para o seio da associação mais companheiras, elaborando folhetos expondo o fim e a utilidade da associação. Ao mesmo tempo fizeram o levantamento das irregularidades que se cometiam nas oficinas e casas de trabalho, horários de laboração, afim de poderem reclamar a sua melhoria.

Segundo o jornal *O Sindicalista* de 27 de Novembro 1910, as operárias decidiram pedir as 8 horas de trabalho tal como os homens pediam. Assim como reivindicaram que a fiscalização das casas de costura e similares fosse confiada a costureiras indicadas pela sua associação e que o descanso semanal fosse obrigatório.

A greve chamou a atenção para a situação das ajuntadeiras e costureiras, fazendo as primeiras páginas dos jornais.

PELO[illegible] [illegible]LIERS E PELAS FABRICAS

O trabalho das mulheres é mal remunerado

FALAM AS COSTUREIRAS

«Dão-nos doze e quatorze horas de trabalho e auferimos salarios miseraveis»

Fig. 8 - *O Século*, 26 de Novembro de 1910, p. 1, col. 5-7, «*P*elos ateliers e pelas fábricas. O trabalho das mulheres é mal remunerado. Falam as costureiras. "Dão-nos doze a catorze horas de trabalho e auferimos salários miseráveis"».

Os jornalistas entrevistaram-nas *«quase todas são pálidas, e os seus bustos franzinos e raquíticos»*. Elas denunciaram os salários mesquinhos, as perseguições: *«Reclamar? Para quê? Para sermos postas na rua, certamente. Pois se alguns nem consentem que sejamos sócias da associação (..)na rua do Ouro, há um atelier luxuosamente posto, donde gastam muitas senhoras chics, cujo proprietário põe na rua toda a costureira que saiba filiada na Associação.*[54]

A direcção da associação de classe não cuidava só do aumento de salário e melhores condições de trabalho, preocupava-se também em «*desenvolver a mentalidade dessa classe. Assim uma das deliberações a pôr em prática é a fundação de escolas. (…) Uma dificuldade surge para a frequência dessas aulas, os serões das costureiras. Contra os serões vai também a associação de classe levantar uma campanha em forma*».[55]

Abriram aulas não só de português (todos os dias, excepto ao sábado em casa da professora, Amália Luazes, das 20.00 às 23.00), mas também de francês (terças e sábados, das 21 às 23.00 dadas por Costa Júnior) e aulas de corte (4ª e 6ª, das 22 às 24.00)[56].

A 8 de Agosto de 1911 as operárias aprovaram uma representação pedindo o fim dos serões que entregaram ao presidente da Assembleia Constituinte.

No Congresso Nacional Operário, no Sul, em Julho de 1909, Margarida Marques foi eleita delegada para o 3º grupo de Revisão de toda a legislação operária já existente, relativa à tese "Trabalho das mulheres e dos menores".

Elvira da Conceição secretariou a 14 ª sessão deste Congresso dedicada aos acidentes de trabalho.[57]

No V Congresso Nacional Socialista (Junho de 1913) Margarida Marques foi eleita como suplente para o Conselho Central

Em Fevereiro de 1916, *O Sindicalista,* criou uma Secção Feminista, assinada por Maria Amélia.

---

54 *O Século,* 26 Novembro 1910, p.1, col 5-7, «*P*elos ateliers e pelas fábricas. O trabalho das mulheres é mal remunerado. Falam as costureiras. "Dão-nos doze a catorze horas de trabalho e auferimos salários miseráveis"».

55 *A Voz do Operário,* 23 de Julho 1911, p.1, col. 1-2, «A questão feminina. Uma reclamação justa»

56 No congresso Pedagógico de Abril de 1912, Amélia Luazes, referia as suas alunas operárias «onde tem visto a vontade que existe na operária em aprender a ler». Acrescentando que «geralmente as filhas mais velhas são as que ficam analfabetas para pegar nos irmãos ao colo, para irem buscar bilhas de água e ajudar a mãe em outros trabalhos domésticos. (…) Tem 50 mulheres na sua escola e só cinco sabem ler» in *A Voz do Operário*,14 de Abril de 1912,p.1,col. 5-7, «A questão feminina. Um discurso de D.Amalia Luazes»

57 *A Voz do Operário,* 14 Novembro 1909, p.1, col. 4, «Congressos Operários. O CNO no sul»

Em Novembro de 1910 as ajuntadeiras [58](industria da sapataria), que faziam parte deste sindicato, entraram em greve ao lado dos operários sapateiros, dando-lhes uma força suplementar. Os industriais cederam no horário de trabalho: dez horas de trabalho para ambos os sexos (as mulheres chegavam a trabalhar doze/treze horas seguidas) e prometeram estudar o preço da mão -de -obra, tendo alguns cedido num aumento de 50 reis.

Em Agosto de1920 as criadas de servir fundam a Associação de Classe das Empregadas Domésticas de Hotéis e Casas Particulares, depois da greve de 18 de Agosto desse mesmo ano.

Estes dois sindicatos femininos, o das Costureiras e Ajuntadeiras e o das Empregadas Domésticas, insistiram na necessidade da educação das suas filiadas. Este último recorreu a Maria O´Neill e Maria Correia Alves. A primeira dissertou sobre o tema educação moral e vantagens associativas. A direcção envidava todos os esforços para que a «obra de educação não fraqueje» e nesse sentido todas as semanas havia orador e propunha-se pôr a funcionar uma escola modelo de aperfeiçoamento profissional.[59]

O editorial d´A Batalha de 15 de Julho 1921, atribuía a falta de mobilização dos trabalhadores para a luta pelo fim da exploração patronal, à sua falta de instrução: «Na Batalha de 22 de Junho 1921 o Conselho Confederal atribuiu"a inércia do proletariado à falta de instrução do povo trabalhador". Daí "a profunda indiferença dos explorados e a sua profunda ignorância das causas da exploração de que são vítimas, como negar não é possível que grande número dos que estão sindicados encontram-se quase nesse triste grau de intelectualidade". Por isso o CC aconselhar aos sindicatos a que "organizassem imediatamente e com intensidade a luta intelectual.».[60]

Era afinal uma batalha a que as mulheres sindicalistas já tinham dado toda a prioridade.

58 As ajuntadeiras cosiam as peças e forros dos sapatos e botas e podiam também casear.

59 *A Batalha,* 15 Julho 1921, p.1,col 4, «Empregadas domésticas de Hotéis e Casas Particulares»

60 A Batalha , 15 Julho 1921, p. 1,col 1-2.« Para lutar é preciso ser instruído»

IV As feministas e as operárias. Uma breve aliança.

Ao fundarem (sindicatos) associações de classe femininas ou mesmo mistas, as mulheres recusavam a intermediação dos homens.

Ao associarem-se entre si, as mulheres operárias também eram feministas.

E se as feministas burguesas foram pioneiras no uso da palavra, quer escrita, quer oral, a pouco e pouco, também, as operárias tomaram a palavra nas suas reivindicações como trabalhadoras, nos congressos operários, nas reuniões, nas assembleias, nas manifestações, nos cortejos, em todas as manifestações públicas.

Eram poucas, mas eficazes.

Ao princípio reticentes quanto ao conteúdo da mensagem das feministas cultivadas, as operárias convidaram mais tarde algumas delas a juntar-se à sua luta realizando assim, ainda que esporadicamente, a unidade do movimento feminista.

O apelo que fizeram às líderes feministas da burguesia foi um primeiro passo nesse sentido e estas não recusaram ligar-se, à classe operária.

Em Abril de 1913 Ana de Castro Osório**,** militante republicana, a convite da União das Mulheres Socialistas proferiu a conferência *Feminismo e socialismo:*

« O feminismo, quer dizer, a independência da mulher pelo trabalho, portanto interessa mais às operárias que honradamente ganham o pão de cada dia, do que às burguesas desocupadas que vivem à custa do trabalho do homem.(…)

Há quem diga e o que é mais convença a mulher de que o feminismo é um absurdo porque a mulher não tem força para trabalhar como o homem. Que se diga a outra classe de mulheres, vá! Mas a vós, operárias, que tão rudemente sabeis o que custa a vida!...

Há mulheres Ferreiras, varredoras, correios, estafetas e banheiras. São estes porventura serviços leves? As que esfregam as casas, as lavadeiras, as peixeiras e as carregadoras de navios…(…)

Uma das bases fundamentais do feminismo é, ou deve ser, a base fundamental do socialismo.

O que reclamamos nós, as mulheres que lutamos pela libertação do nosso sexo: a trabalho igual, paga igual. Ora o mesmo deve compreender o Partido Socialista e apoiar com toda a sua força, esta nossa reclamação.(…).[61]

61 *O Socialista,* 21 de Abril 1913, p.2, col 3-4, «Na União Das Mulheres Socialistas. Conferência de D.Ana de Castro Osório».

Dentro da mesma linha de aproximação às figuras de vulto da luta feminista, a Associação das Costureiras e Ajuntadeiras convidou a jornalista Virgínia Quaresma e Maria Veleda, duas figuras de vulto do movimento feminista, a usar da palavra no 16º aniversário da sua Associação.[62]

Em muitos números d' A Voz do Operário encontramos textos de Angelina Vidal e Ana de Castro Osório, entre outras.

Estas primeiras aproximações vão ser varridas pela concessão do voto só às mulheres instruídas e com famílias a cargo.

62 *A Voz do Operário*, 9 de Abril de 1911, p.2, col 3, «Festas de hoje. Costureiras e Ajuntadeiras»

VIII - As mulheres de Alcântara e a política

1- As mulheres socialistas e o direito ao voto

Em 17 Junho de 1912 reunia-se uma numerosa assembleia de mulheres, presidida por Adelaide Abrantes, secretariada por Matilde Simas e Deolinda Sousa Neves. Nascia assim a União das Mulheres Socialistas em Portugal que declarava «*aceitar o programa do Partido Socialista Português*».

Tinha como fins: «*Defender e propagar, pela palavra ou pela escrita, as ideias socialistas, procurando desenvolver em conferências, sessões ou palestras, quais os benefícios que advirão para a mulher com a implantação do Socialismo, o qual lhe trará a sua autonomia, a sua liberdade de acção, os seus direitos e deveres como os homens, isto é, a sua emancipação social.*

(…)Em seguida tratou-se da lei eleitoral em que é negado o direito de voto à mulher, resolvendo protestar, enviando uma representação ao Parlamento, provando que a mulher exerce o mesmo trabalho e contribui para o Estado como os homens».[63]

Começava aqui a grande divergência com as feministas que, na sua maioria, defendiam o voto para as mulheres instruídas, numa primeira fase.

As socialistas inscreviam nos seus estatutos «*Reclamar sobre a introdução nos cadernos eleitorais de todas as mulheres maiores de 21 anos, que, como contribuintes para o Estado, desde a sua alimentação até ao vestuário, concorrem com uma boa quota parte; que, como médicas, professoras, parteiras, caixeiras, literatas, costureiras ou operárias, se encontram na condição de dirigir, administrar e exercer as suas profissões, em consultórios, ateliers, estabelecimentos ou oficinas, sem alguma intervenção estranha; que, como agremiadas nas suas associações económicas, em congressos de todos os ramos científicos, artísticos e até mesmo políticos, têm mostrado o seu valor como intelectuais e trabalhadoras*»[64].

Defendiam o Parlamentarismo e as eleições democráticas:

63 *A Voz do Operário,* 23 Junho 1912, p.1,col 5, «União das Mulheres Socialistas em Portugal» «A comissão elaboradora da lei estatuinte ficou composta da mesa.
A comissão para tratar da inauguração, ficou constituída por D. Helena Rosa, D. Alexandrina Homem, D. Ermezinda Santos, D. Maria do Rosário e D. Estephania Silva.
A Comissão administrativa ficou formada por D. Margarida Marques, D. Maria Amélia Pereira e D. Aurora Serrão.»

64 *A Voz do Operário,* 23 Junho 1912, p.1,col 5, «*União das Mulheres Socialistas em Portugal*».

«Art.16ºesta agremiação é socialista parlamentarista, *e como tal considera desde já a mulher habilitada a votar, a ser votada e a dirigir os negócios internos da região, melhor talvez do que têm sido até hoje administrados, visto como na administração de muitos estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas, e como donas de casa, têm dado sobejas provas de que se encontram habilitadas a exercer funções desta natureza, e, portanto, se julgam dignas de serem elevadas à mesma categoria social dos homens.* (…)*Lisboa, 25 de Junho 1912,-* A comissão elaboradora: Deolinda Neves, Mathilde Pereira Simes, Adelaide Abrantes»[65].

A 7 de Julho de 1912, o jornal *A Voz do Operário*, relatava a ida, ao Parlamento, da Comissão das Mulheres Socialistas, constituída por Margarida Marques, Adelaide Abrantes, Aurora Fernandes, Ermezinda Santos, Deolinda Sousa Neves e Maria do Rosário**,** *«recebida pelo sr. Presidente do Senado, Anselmo Braamcamp, sendo a apresentação das compªs feita pelo nosso amigo senador sr. Faustino da Fonseca».*[66]

Falaram do desagrado que lhes causava o facto de a nova lei eleitoral não conceder o voto às mulheres. Na representação que entregaram, invocavam promessas antigas:« *No tempo em que os republicanos se conservavam na oposição, atacando rijamente o regime monárquico, não era raro ouvir os seus oradores mais populares, defenderem, com o seu verbo inflamado, a grande obra de emancipação feminina. E em todo o vasto trabalho de propaganda, realizado até à queda do regime monárquico, a mulher aparece na imprensa, nos comícios, até na própria Carbonária, dando o seu concurso para essa grande revolução, que já se operara nos espíritos, e que precisava ter a sua sanção na praça pública. E é pena, realmente, que pouco tempo decorrido após a proclamação da República, os seus homens eminentes faltem ao cumprimento rigoroso das suas promessas, que não eram mais do que a prática dum vasto ideal de justiça.*

A grande obra da emancipação feminina agita hoje todos os povos cultos. E a mulher, saindo do campo acanhado a que a rotina a pretende reduzir, entra nos parlamentos e ali faz ouvira sua voz, em prol dos grandes ideais».[67]

São radicalmente contra a concessão do voto restringida às mulheres que possuíam um curso superior*:« Esse alvitre é irrealizável, porque representa ainda o privilégio a impor-se, e a época não vai propícia a privilégios. Não queremos o privilégio do dinheiro nem o da inteligência. Um e outro nos tem sido nocivos. Queremos a perfeita igualdade perante a lei. É essa a nossa aspiração e a de quantas, em todos os países, lutam como nós pela causa do trabalho. A mulher que trabalha, que produz, que*

65 idem

66 *A Voz do Operário*, 7 Julho 1912, p. 1, col.5, « União das Mulheres Socialistas em Portugal».

67 Idem

*labuta, pode não ter o intelecto desenvolvido, e, no entanto, compreender que a má organização social é a base de todas as iniquidades, e querer contribuir com o seu esforço para a organização duma nova ordem de coisas, em que não se exerça como hoje, a exploração do homem pelo homem. (…)*Lisboa e sala das sessões da União, 29 de Junho de 1912, a Comissão, Margarida Marques, Aurora Fernandes Serrão, Ermezinda Santos, Adelaide Abrantes, Maria do Rosário, Deolinda Neves».

(…)Nos corredores das Câmaras era muito notada a presença das nossas companheiras, chegando-se a ouvir a alguns senadores e deputados, que era justa a sua reclamação.

A resolução do Senado, concedendo apenas o voto às mulheres com o curso superior ou especial, levou-as a decidirem-se por um grande movimento de protesto, logo que o projecto desse entrada na câmara dos deputados,

preenchendo folhas com os nomes, moradas, cidades e profissões escritas pelo próprio punho das sufragistas, a fim de provar que as caixeiras, costureiras, fabricantes, escriturárias e comerciantes, também deviam ter direito ao voto. A resolução aprovada em plenário dispunha ainda que *«as mulheres socialistas apresentar-se-ão nas assembleias eleitorais, ali protestarão por terem sido excluídas do recenseamento eleitoral e, em seguida, em casa apropriada, perto das assembleias, formarão também a sua, realizando um plebiscito, aonde todas as mulheres se inscreverão, sendo maiores de 21 anos e nas condições reclamadas.*

a)todas as mulheres a quem seja concedido o voto nas condições especiais aprovadas pelo Senado devem abandonar a urna e votar no plebiscito.

4ª –Feito publicamente o apuro do plebiscito numa assembleia composta das mesas das assembleias locais, uma comissão irá ao exmo presidente da República apresentar como protesto o número das mulheres sufragistas que reclamam o voto, em virtude de terem a capacidade jurídica do homem e contribuírem tanto como ele para o desenvolvimento da riqueza publica e para o progresso da humanidade.[68]

Era uma declaração de guerra contra os republicanos que tinham recuado nas promessas feitas antes do 5 de Outubro.

2. As Bolsas de Trabalho

Em Outubro de 1912, reunia-se o congresso socialista da região Sul.

Eram cerca de oitenta os delegados entre os quais: Adelaide Abrantes, Mathilde

68 *A Voz do Operário,* 14 Julho 1912, p.1,col.4-6, «A questão feminina. A União das Mulheres Socialistas e seus estatutos. A União e a lei eleitoral. Conferências feministas».

Simes, Deolinda Neves pela União das Mulheres Socialistas; João Ferreira dos Santos, Pires Barreira, Margarida Marques pela Secção socialista de Cacilhas; João Muralha, Joaquim José Barbosa, Maria Adelaide Costa pela Comissão Paroquial de S.Vicente e Santo André.

As mulheres também tiveram assento nas mesas do congresso: na 6ª sessão o presidente, Agostinho da Silva, vice presidente, Manuel do Carmo Barão e Secretários, Augusto Dias da Silva e Margarida Marques.[69]

O movimento francês das Bolsas de Trabalho teve eco nos sindicalistas portugueses. Funcionavam como uma espécie de agências de trabalho.

Adelaide Abrantes abraçou a ideia das Bolsas de Trabalho para as «mulheres nos bairros mais populosos da capital, onde se poderiam inscrever todas as mulheres trabalhadoras»[70]. Seriam convidados «todos os estabelecimentos, fábricas, oficinas, atelier, casas particulares, a procurarem nestas agências de trabalho as operárias de que precisassem»[71].

Seriam as Bolsas de Trabalho a contratar entre patrões e trabalhadores, «as horas de serviço, de descanso e de refeição, condições higiénicas de produção e o salário». Procurariam, além disso, «evitar por completo nos contratos os serões e os chamados acabamentos de obras»[72] assegurando também as Bolsas de Trabalho a defesa das operárias sempre que fosse preciso.

A Federação Operária de Lisboa, elogiou o trabalho desenvolvido pelas mulheres socialistas de Alcântara, em prol das Bolsas de Trabalho femininas: «*João Graça elogiou o projecto para a constituição dumas Bolsas de Trabalho, com agências em todos os bairros de Lisboa, a fim de colocar todas as classes femininas e congratula-se em ver que a União das Mulheres Socialistas está desenvolvendo os seus trabalhos, no sentido de libertar a mulher da escravidão de que é vítima. Sobre o ponto económico, a iniciativa da Bolsa de Trabalho deverá ter o auxílio de todos os trabalhadores, e lembra que a Federação envie um ofício de felicitação àquela agrupação socialista, pelo trabalho que acaba de apresentar. António dos Santos Bernardes também se congratula por ver que a União das Mulheres Socialistas está tratando dos interesses económicos das classes femininas, o que deveria merecer os nossos elogios.*[73]

No fim do século XIX, foi no sector têxtil que se desenvolveu provavelmente a 1ª

69 ***A Voz do Operário,*** 6 Outubro 1912, p.1,col.7, «O Congresso Socialista»

70 *A Voz do Operário,* 11 de Novembro 1912,p.1,col.6-7, «Bolsa de trabalho feminino. A sua criação representa uma conquista social -à União das Mulheres Socialistas cabe dar o primeiro passo nesse sentido»

71 idem

72 idem

73 *A Voz do Operário,* 17 Novembro 1912, p.3,col.4-5, «Federação Operária de Lisboa»

experiência de negociação colectiva da indústria portuguesa e a legislação social de 1919, pela mão dum Ministro do Trabalho, Socialista, fixou o horário de trabalho diário em 8 horas, e lançou as bases do estado providência, colocando Portugal entre os países mais avançados, nesta matéria.

Afinal os socialistas reformistas tinham, por via eleitoral e parlamentar, concedido aos trabalhadores portugueses um direito que lhes era devido ao fim de tantas lutas e greves. [74]

Nos anos que se seguiram trabalhadores portugueses lutaram para que o patronato aplicasse as oito horas de trabalho.

A partir de 1920, o protesto laboral diminuiu em Alcântara.

Segundo o almanaque d'*A Batalha*, anarquista, que fez o levantamento das lutas operárias de 1919 a 1925, Alcântara não figurava, nesse período, ao contrário do Barreiro que emergia como a cintura vermelha da capital.

A greve geral de 1934, que será a última tentativa de resistência operária ao fascismo, não teve grande repercussão em Alcântara.

Foi sobretudo em Xabregas e Chelas que comunistas e forças da ordem entraram em confronto.

IX Os mercados, as feiras, a rua

A luta pela sobrevivência

Os mercados e as feiras são lugares de eleição das mulheres para fazerem face ao custo de vida. Aí podem comparar produtos, discutir preços, escolher o que é mais em conta.

Atentas à carestia de vida, aos açambarcamentos, à subida especulativa dos preços dos bens alimentares, as mulheres encarnam o direito ao pão.

As mulheres tanto compram como vendem.

74 Disse Azedo Gneco, no 36º aniversário do Partido Socialista Português, respondendo aos que diziam que os socialistas nada faziam: «os socialistas conseguiram uma lei que, embora não seja boa, dá a liberdade de se organizarem em associações de classe; conseguiu também as leis dos tribunais arbitais avindores e o regulamento das mulheres e menores na indústria. Foram também os socialistas que levantaram o movimento das oito horas de trabalho e por fim todos esses protestos que se têm feito sobre o decreto contra as greves, foi orientado pelos socialistas» in *A Voz do Operário,* 15 Janeiro1911, p.2, col. 4, «Partido Socialista. O seu 36º aniversário»

Foram vanguardistas nos motins fiscais.

O primeiro relato desses motins surge-nos no *Conimbricense* e ocorreu nos meses de Março e Abril de 1903[75]. Ficou conhecida como a *Revolta do Grelo* ou *Greve de Março*. E pôs em pé de guerra a pacata cidade de Coimbra.

A greve teve origem na aplicação dum imposto às vendedeiras ambulantes dos arredores de Coimbra que vinham vender os seus produtos ao mercado da cidade, desde as vendedeiras de broa, às da hortaliça, a que se juntaram as leiteiras e lavadeiras de roupa.

Na manhã do dia 11, as estradas que davam acesso a Coimbra foram ocupadas pelas mulheres trabalhadoras com o objectivo de impedir o abastecimento à cidade[76].

O movimento rapidamente alastrou, envolvendo o comércio, a indústria e a própria universidade, que encerrou três semanas. Um imenso cortejo com mais de 10 mil manifestantes passou à acção directa e tanto o matadouro como a Repartição de Finanças foram apedrejados e assaltados. O governo chamou as guarnições de Aveiro, Leiria, Tomar e Lisboa, para pôr fim à ocupação da cidade pelo povo o que provocou numerosos feridos e dois mortos.

Foi uma revolta espontânea, contra o fisco, que rapidamente se transformou numa greve geral acabando por levar à suspensão dos impostos, que a tinham originado, por tempo indeterminado.

Vários anos depois esta luta das pequenas vendedeiras do Mercado D. Pedro V, ainda era gratamente recordada.

Uma luta que durou meses e que só com a intervenção das mulheres foi solucionada, foi a dos vendedores de peixe e varinas de Lisboa.

Em Outubro de 1912 vendedores, pescadores e varinas ambulantes da cidade de Lisboa, manifestavam-se, pedindo à CML a revogação da autorização dada à Sociedade de Pescarias, para construir barracões para desembarque e venda de peixe. Segundo eles era um monopólio que permitiria a essa sociedade vender o peixe ao preço que muito bem entendesse. O conflito arrastava-se desde Abril desse mesmo ano até que, a 29 de Novembro as varinas disseram "basta!" desencadeando o boicote à venda do peixe na lota: «*eram sete horas da manhã quando o pregoeiro começa a anunciar a venda de um lote. De repente, surge dentre os pescadores uma mulher que de pé, em cima de uma canastra, levanta um viva à Liberdade, à República e ao Chefe de Estado, e aconselha todos os seus companheiros*

75 José Amado Mendes, «Para a História do movimento operário em Coimbra», *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3º-4º, 603-614.

76 Campos Lima, «O Movimento operário em Portugal», Porto, Afrontamento, 1972, p. 89.

a não comprarem o peixe que tinha sido desembarcado dos vapores Leonor, Germano, Aida e Bemvinda, e que pertenciam à Sociedade de Pescarias».[77] Deixaram sair o peixe unicamente para os hospitais, colégios, asilos e outras casas de beneficência. Chegou a Guarda, os ânimos exaltaram-se acabando todos na Associação de Classe onde deliberaram apresentar as suas reivindicações ao Parlamento.

A 5 de Dezembro nova manifestação levando à cabeça, as Comissões dos Vendedores de peixe, mercado agrícola, exportadores de Sesimbra, descarregadores de peixe, pescadores das canoas de picada, acompanhadas de mais de 2000 pessoas, dirigiram-se à CML a exigir a anulação do contrato. A polícia barrou-lhes a passagem, só entrando os delegados das Comissões. Cá fora o vereador Nunes Loureiro levou umas boas bengaladas e socos, sendo obrigado a fugir para um eléctrico. Os manifestantes puxaram o troley do carro, atiraram pedras, os passageiros fugiram apavorados. As reclamações acabariam por ser atendidas e a venda voltou a ser feita no antigo mercado, e o contrato feito com a sociedade de pescarias anulado. *O Socialista* de 23 de Julho faz uma longa entrevista á mais antiga vendedeira de peixe do Mercado 24 de Julho, a tia Rosa Ferreira, conhecida pela "Marreca". Maria Rosário Alminha e Carolina Tavares, Rosa Dias dos Santos, Belarmina Silva, Rosa d' Assunção, Brígida Pomba, assim como Maria Jacques, Maria Josefa Jacques e Joana da Silva distinguiram-se na defesa das Vendedeiras Ambulantes. Josefa Jacques, Rosa D´Aveiro e Joaquina Pallage, integraram a Comissão da Associação de Classe dos Vendedores de Peixe que foram entregar a Afonso Costa, presidente do Governo, a exigência que respondia aos interesses de todos: «*que se fizessem mercados nas devidas condições de higiene e segurança, mas por conta da Câmara e por esta explorados»*[78]

Afonso Costa anuiu e decidiu-se pela municipalização do mercado do peixe entregando o mercado à Câmara de Lisboa, uma vitória assim narrada pelo *Socialista* de 3 de Abril 1913: «*levando à frente uma vendedeira do Mercado 24 de Julho, com uma faixa da Associação, ladeada por dois vendedores de peixe, conduzindo as bandeiras da Associação de Peixe e a da Casa do Povo. Em seguida Marques dos Santos, com a bandeira do Centro Socialista 10 de Janeiro 1875, ladeado por sócios deste Centro. Às 14 em ponto e ao estralejar de muitos foguetes, põe-se tudo em marcha, entrando no Mercado de Santos, dando vivas à municipalização dos mercados, às vendedeiras ambulantes, à Câmara, ao Partido Socialista, à democracia, ao Governo, etc. e, sempre num entusiasmo crescente, a multidão entrou para o recinto da lota ,onde, com os caixotes de peixe, improvisaram uma tribuna»*.[79]

77 *O Socialista*, 30 Novembro 1912, p.1 col. 3-5, «Abaixo o monopólio do peixe. Viva a liberdade de comércio! O monopólio do peixe. Uma exploração infame, patrocinada pelos governantes. O povo reclama e não é atendido. A Associação dos Vendedores de Peixe vai ao Parlamento entregar uma representação. Pede-se justiça»

78 *O Socialista,* 20 Janeiro 1913, p. 2, col 1-2, «A questão do peixe. Representação entregue ao sr.dr Afonso Costa. A Associação de classe dos Vendedores de Peixe defende os seus interesses. O Presidente do Ministério promete atendê-la»

79 *O Socialista*, 3 Abril 1913, p.1, col. 5-6, «A questão do peixe. Uma vitória socialista»

Uma luta muito eficaz através da qual estas activistas conseguiram aceder directamente ao poder político: quer local, Câmara, quer poder central (governo/ Afonso Costa)

Atentas e vigilantes, actuantes quando necessário, as mulheres só querem um preço justo e razoável.

Nos anos de penúria da 1ª Guerra Mundial havia escassez de todos os géneros de primeira necessidade.

A «*Revolta da Batata*», em Maio de1917, particularmente sentida na zona operária de Alcântara, foi a resposta das mulheres a este estado de coisas. Foi um movimento espontâneo, de assalto aos armazéns e estabelecimentos comerciais, em Lisboa. Era o coroar de pequenos tumultos que ocorriam um pouco por todo o país contra a falta de géneros e a carestia da vida. Foi a chamada guerra das «subsistências». Os géneros alimentares eram escondidos durante meses pelos comerciantes, para posteriormente serem postos à venda por preços muitíssimo mais altos.

As mulheres perseguiram os açambarcadores com a fúria de quem encarnava o direito do povo ao pão.

Nos dias que se seguiram, a procura violenta de alimentos ocorreu um pouco por todo o país, aprofundando o corte entre a República e o operariado que começara com a greve geral de Março de 1911 também ela desencadeada por um conflito laboral envolvendo mulheres, nas fábricas de conserva de Setúbal.

Em todas as manifestações de bandeiras negras, pelo pão, as mulheres com os filhos pela mão vêm à frente.

São elas que estão nos mercados, nas feiras, na rua. Tagarelam, informam-se. Lidam com a falta de carvão, de sal, de batatas, azeite e com o aumento dos preços. Chegam-lhes ao ouvido situações de grande penúria e aflição.

Passam palavra.

São elas que contam as histórias da fábrica, os abusos, o comportamento de cada um e cada uma. São elas que auscultam a revolta latente do pequeno povo e lhe alimentam o espírito de independência e resistência.

Onde está a mulher está o povo.

Hoje podemos dizer que Alcântara é um dos bairros mais lisboetas de Lisboa. Por tudo isto. Por esta miscelânea de pessoas, de profissões, de lutas, de pluralismo político, e até, pelo papel aglutinador que a Promotora desempenhou. Tudo junto

conferiu ao bairro de Alcântara uma sólida e alargada base popular e operária.

E as mulheres trabalhadoras de Alcântara têm o seu nome indelevelmente ligado a todas as grandes lutas operárias e pelo direito ao pão, que o bairro conheceu.

Quer como vítimas da exploração, ou revoltadas ferozes, quer como simples apoiantes dos homens, ou encabeçando lutas mais ou menos violentas, elas marcaram outras lutas, que outras mulheres, iriam travar pela igualdade de direitos.

Lisboa, Agosto de 1912

Maria Augusta Seixas

Jornalista

Maria Augusta Seixas

É licenciada em Jornalismo e Mass Media pela Universidade Livre de Bruxelas (1970) e Mestre em Comunicação e Jornalismo pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2004), com a dissertação de Mestrado sobre a jornalista Virgínia Quaresma.

Foi membro do Conselho Deontológico dos Jornalistas, 2004-2007.

Entre outras distinções, recebeu duas vezes (1989 e 2001) o Grande Prémio Gazeta de Jornalismo, do Clube de Jornalistas, o mais alto galardão da classe e o Prémio Reportagem Elina Guimarães (2002).

Tem participado em vários seminários e congressos, versando a temática do jornalismo e das mulheres.

Colaborou no Vol. I e II dos *Roteiros Feministas* (UMAR /Faces de Eva), assim como no vol I e II do *Dicionário No Feminino.*

Investigadora convidada do Ceis20 (Universidade Coimbra) e membro do Conselho Consultivo do Centro Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães (UMAR).

É comendadora da Ordem do Infante Dom Henrique (Março 2005).

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta
Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães

Uma iniciativa com o apoio da Junta de Freguesia de Alcântara